



ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO

Proc. Licitatório – PMPA
Página: _____
Com. Perm. Licitação



EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL - SRP Nº 010/2022

PREGÃO PRESENCIAL - SRP Nº 010/2022 - Regido pela Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto Municipal nº 006, de 12 de fevereiro de 2010. Subsidiariamente pela Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006 e Decreto Federal nº 7892, de 23 de janeiro de 2013.

Objeto: “REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTORIA TÉCNICA E ASSESSORIA PARA IMPLANTAÇÃO DE PROCESSOS DE COMPLIANCE, GESTÃO DA INFORMAÇÃO E INTELIGÊNCIA DE DADOS PARA A PREFEITURA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO PELO PRAZO DE 12 (DOZE) MESES, DE ACORDO COM AS CONDIÇÕES E ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIA E ANEXOS.”

SESSÃO PÚBLICA PARA RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS E DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO.

Data: 06 de abril de 2022 – Horário: 13h30 (treze horas e trinta minutos)

Local: PREFEITURA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO-MT – END. RUA MINISTRO CESAR CALS, Nº 226 - CENTRO – PEIXOTO DE AZEVEDO.

Pregoeiro Oficial: Thiago Pereira Da Silva

LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL – SRP Nº 010/2022

1. PREÂMBULO

1.1. O MUNICÍPIO DE PEIXOTO DE AZEVEDO-MT, por intermédio de seu **PREGOEIRO OFICIAL**, designado pela **Portaria Municipal nº 239 de 07 de fevereiro de 2022**, torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS**, sob a forma de **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS**, tipo **MENOR PREÇO GLOBAL, LOTE ÚNICO**, conforme descrito neste Edital e seus Anexos, de conformidade com a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal nº 006, de 15/02/2010, Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

1.2. Os envelopes contendo a Proposta de Preços e os Documentos de Habilitação definidos no objeto deste Edital e seus Anexos deverão ser protocolados endereçados ao Pregoeiro até às 13h30 (treze horas e trinta minutos), do dia 06 de abril de 2022, no **SETOR DE PROTOCOLOS**, no **PAÇO MUNICIPAL MILTON JOSÉ SANTANA**.

1.2.1. O prazo de tolerância será de no máximo 10 minutos, não se aceitando justificativas de atraso na entrega das propostas devido a problemas de trânsito ou de qualquer outra natureza.

2. DO OBJETO

2.1. A presente licitação tem por objeto “REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTORIA TÉCNICA E ASSESSORIA PARA IMPLANTAÇÃO DE PROCESSOS DE COMPLIANCE, GESTÃO DA INFORMAÇÃO E INTELIGÊNCIA DE DADOS PARA A PREFEITURA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO PELO PRAZO DE 12 (DOZE) MESES, DE ACORDO COM AS CONDIÇÕES E ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIA E ANEXOS.”

3. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

3.1. Somente será admitida a participação neste certame, de pessoas jurídicas, que comprovem com documentos de registros ou autorizações legais, que detenham ramo de atividade pertinente e compatível com o objeto desta licitação.

3.2. Poderão participar desta licitação, as empresas que atenderem a todas as exigências constantes deste Edital e seus

Rua Ministro César Cals, 226 - Centro - Fone: (66) 3575-5100 - CEP: 78530-000 - Peixoto de Azevedo - MT

site: www.peixotodeazevedo.mt.gov.br

e-mail: prefeitura@peixotodeazevedo.mt.gov.br



Anexos, correndo por sua conta todos os custos decorrentes na elaboração e apresentação de suas propostas, não sendo devida nenhuma indenização às licitantes pela realização de tais atos.

3.3. Comprovem possuir os documentos de habilitação requeridos no Capítulo da “**DA DOCUMENTAÇÃO PARA FINS DE HABILITAÇÃO**” (Item 8).

3.4. Não será admitida nesta licitação a participação de empresas enquadradas em quaisquer das hipóteses a seguir elencadas:

- a) Que se encontrem sob falência, concurso de credores, dissolução ou liquidação;
- b) Inidôneas ou punidas com suspensão por órgão da Administração Pública Direta ou Indireta, nas esferas Federal, Estadual ou Municipal, desde que o Ato tenha sido publicado na imprensa oficial ou registrado no Cadastro de Fornecedores do Estado, conforme o caso, pelo órgão que o praticou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição;
- c) Estrangeiras que não funcionem no País; e,
- d) Pessoas Jurídicas que inadimpliram contratos ou ordens de fornecimento firmadas junto a esta Prefeitura.

4. DO CREDENCIAMENTO

4.1. No início da sessão, cada empresa licitante poderá credenciar apenas um representante, o qual deverá identificar-se junto ao **Pregoeiro**, exibindo a respectiva cédula de identidade ou documento equivalente e comprovando, por meio de instrumento próprio, poderes para formulação de propostas (lances verbais), oferta de descontos e para a prática dos demais atos inerentes ao certame. (**Modelo – anexo 5**).

4.1.1. Os documentos para credenciamento poderão ser apresentados em fotocópias simples. Com exceção aos documentos de habilitação (item 8) – que devem ser autenticados por força de Lei específica, sendo os demais dispensáveis pelo efeito simétrico do artigo 9º do Decreto Federal nº 9.094/2017;

4.2. Juntamente com o documento de credenciamento deverá ser apresentada a declaração de que a empresa licitante cumpre plenamente os requisitos de habilitação. (Modelo – anexo 4).

4.2.1. Caso qualquer proponente deixe de apresentar a declaração de cumprimento dos requisitos de habilitação poderá assinar tal declaração disponibilizada na sessão pelo Pregoeiro;

4.3. Se a empresa se fizer representar por procurador, faz-se necessário o credenciamento através de instrumento de procuração pública ou particular, com menção expressa de que lhe confere amplos poderes, inclusive para formular ofertas e lances de preços, para recebimento de intimações e notificações, desistência ou não de recursos, bem como demais atos pertinentes ao certame. Sendo apresentado o instrumento de procuração particular, deverá apresentar contrato social ou documento equivalente, que comprove os poderes do mandante para a outorga.

4.4. Fazendo-se representar a licitante pelo seu sócio-gerente, diretor ou proprietário, este deverá comprovar ser o responsável legal através do contrato social ou documento equivalente, podendo assim assumir obrigações em decorrência de tal investidura.

4.5. Os documentos que credenciam o representante deverão ser entregues **separadamente** dos envelopes de habilitação contendo os números 01 e 02, respectivamente.

4.6. Cada credenciado poderá representar apenas uma empresa licitante.

4.7. A falta ou incorreção dos documentos mencionados nos itens 4.2 e 4.3. não implicará a exclusão da empresa em participar do certame, mas impedirá o representante de manifestar-se na apresentação de lances verbais e demais fases do procedimento licitatório, enquanto não suprida a falta ou sanada a incorreção.

4.8. No caso de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte as quais queiram participar do certame beneficiando-se do sistema diferenciado elencados na Lei Complementar 123 de 14 de dezembro de 2006 deverão apresentar:

4.8.1. Requerimento assinado por representante/sócio da empresa, solicitando valer-se do tratamento diferenciado concedido a microempresas e empresas de pequeno porte pela Lei Complementar 123/2006 (ANEXO 9);

4.8.2. Quando optante pelo SIMPLES nacional:

- a) Comprovante de opção pelo simples obtido no site da Secretaria da Receita Federal;
- b) Declaração de que não se encontra em nenhuma das situações do § 4º art. 3º da Lei Complementar 123/2006;
- c) Certidão Simplificada expedida pela Junta Comercial com data de emissão não superior a 90 (noventa) dias da data de abertura do certame.



ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO

Proc. Licitatório – PMPA
Página: _____
Com. Perm. Licitação



4.8.3. A não apresentação da comprovação citada no item anterior, pelo licitante que queira beneficiar-se do sistema diferenciado elencados na Lei Complementar 123/2006, no momento do credenciamento. Acarretará a preclusão automática desse direito nas demais fases do processo licitatório, não podendo ser invocado posteriormente.

4.9. Com exceção das **Microempresas e Empresas de Pequeno Porte** beneficiadas pelo regime diferenciado da LC 123/2006 as demais deverão apresentar a **declaração** de que a empresa cumpre plenamente os requisitos de habilitação exigidos neste Edital.

5. DO RECEBIMENTO E DA ABERTURA DOS ENVELOPES

5.1. A reunião para recebimento e abertura dos envelopes contendo a Proposta de Preços e os Documentos de Habilitação será pública, dirigida por um **Pregoeiro**, em conformidade com este Edital e seus Anexos, no local e horário determinados no item 1.2.

5.2. Declarada aberta à sessão pelo **Pregoeiro**, o(s) representante(s) da(s) Empresa(s) licitante(s) entregará(ão) os envelopes contendo a(s) proposta(s) de preços e os documentos de habilitação, não sendo aceita, a partir desse momento a admissão de novos licitantes.

5.3. O envelope da Proposta de Preços deverá ser apresentado fechado, contendo em seu exterior, as seguintes informações:

ENVELOPE 01 - PROPOSTA DE PREÇOS

SALA DE LICITAÇÕES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO-MT

PREGÃO PRESENCIAL – SRP Nº 010/2022

RAZÃO SOCIAL E Nº DO CNPJ DO LICITANTE.

5.4. O envelope dos Documentos de Habilitação deverá ser apresentado fechado, contendo em seu exterior, as seguintes informações:

ENVELOPE 02 - DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

SALA DE LICITAÇÕES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO-MT

PREGÃO PRESENCIAL – SRP Nº 010/2022

RAZÃO SOCIAL E Nº DO CNPJ DO LICITANTE.

5.5. Inicialmente, será aberto o **ENVELOPE 01 - PROPOSTA DE PREÇOS** e após, o **ENVELOPE 02 - DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**.

5.6. Os documentos apresentados pelas licitantes nas propostas de preços e nos documentos de habilitação, quando redigidos em língua estrangeira, só terão validade quando acompanhados da respectiva tradução realizada por tradutor juramentado ou consularizado.

6. DA PROPOSTA DE PREÇOS (envelope nº 01) (Artigos 4º, VII, e 6º da Lei nº 10.520/02.)

6.1. A Proposta de Preços deverá ser apresentada em uma via impressa, preferencialmente, redigida com clareza em língua portuguesa, salvo quanto a expressões técnicas de uso corrente, sem alternativas, sem emendas, sem rasuras ou entrelinhas devidamente datadas e assinadas na última folha e rubricadas nas demais pelo representante legal da licitante.

6.2. A Proposta de Preços deverá ser no Formulário Padrão adotado pelo ANEXO 2 e deverá constar, sob pena de desclassificação:

6.2.1. Razão social da licitante, nº do CNPJ/MF, endereço completo, telefone para contato, nº da conta corrente, agência e respectivo Banco e, se possível o endereço eletrônico (e-mail);

6.2.2. Prazo de eficácia da proposta, o qual não poderá ser inferior a 90 (noventa) dias corridos, a contar da data de sua apresentação;

6.2.3. Uma única cotação, com especificações, preço unitário e total para os itens com proposta no lote, em moeda corrente nacional, expressos em algarismos, sem previsão inflacionária. Em caso de divergência entre os valores unitários e totais, serão considerados os primeiros;



ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO

Proc. Licitatório – PMPA
Página: _____
Com. Perm. Licitação



6.2.4. Prazo para a execução dos SERVIÇOS será de forma imediata e quantitativo em conformidade com a Nota de Autorização de Despesa emitida pelo setor de compras do Município, devidamente empenhado.

6.3. Os preços apresentados na proposta devem incluir todos os custos e despesas, tais como: custos diretos e indiretos, tributos incidentes, taxa de administração, serviços, encargos sociais, trabalhistas, seguros, treinamento, lucro, transporte e outros necessários ao cumprimento integral do objeto deste Edital e seus Anexos;

6.4. Quaisquer tributos, despesas e custos, diretos ou indiretos, omitidos da proposta ou incorretamente cotados que não tenham causado a desclassificação da mesma por caracterizar preço inexequível no julgamento das propostas, serão considerados como inclusos nos preços, não sendo considerados pleitos de acréscimos, a esse ou qualquer título, devendo o(s) SERVIÇO(S) ser(em) executado(s) sem ônus adicionais;

6.5. A apresentação das propostas implicará na plena aceitação, por parte do licitante, das condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos, e, no pleno reconhecimento de que não se enquadra em nenhuma das situações impeditivas de participação a seguir enumeradas:

6.5.1. Inadimplência na execução do(s) SERVIÇO(S) junto ao Município, não configurando como tal as licitantes que solicitaram formalmente prorrogações de prazo e este foi devidamente acatado;

6.5.2. Inexistência de fato superveniente impeditivo de habilitação, na forma do Art. 32, § 2º, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, salvo se declarado;

6.5.3. Inexistência em seu quadro de pessoal, de empregado(s) menor(es) de 18 (dezoito) anos, em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e menores de 16 (dezesesseis) anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (catorze) anos, nos termos do Inciso XXXIII, do artigo 7º da Constituição Federal, inciso V, artigo 27 da Lei 8.666/93;

6.5.4. Inexistência em seu quadro de empregados, servidores públicos exercendo funções de gerência, administração ou tomada de decisão;

6.6. Serão desclassificadas as propostas que não atenderem as especificações e exigências do presente Edital e de seus Anexos e que apresentem omissões, irregularidades ou defeitos capazes de dificultar o julgamento;

6.7. Não serão aceitos preços cujos valores unitários sejam iguais a 0 (zero), inexequíveis ou excessivos, sendo entendidos como excessivos aqueles superiores ao praticado no mercado;

6.8. O Pregoeiro considerará como formais erros de somatórios e outros aspectos que beneficiem a Administração Pública e não implique nulidade do procedimento.

7. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

(Artigo 4º, VIII, IX, X, XI, XII, XV, XVI, XVII e XXIII da Lei nº 10.520/02)

7.1. No julgamento e classificação das propostas, será adotado o **CRITÉRIO DE MENOR GLOBAL, LOTE ÚNICO** observado os demais requisitos técnicos e documentais estabelecidos neste edital;

7.2. Aberta à sessão, os envelopes contendo a indicação do objeto e do preço oferecido, após os vistos nos lacres serão abertos para verificação da conformidade das propostas com os requisitos estabelecidos no Edital;

7.2.1. A análise das propostas quanto às especificações do(s) SERVIÇO(S) ofertados será realizada pela equipe de prego.

7.3. Verificando-se, no curso da análise, o descumprimento de requisitos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, a Proposta será desclassificada;

7.4. Será classificada pelo Pregoeiro, a licitante que apresentar a proposta de **MENOR PREÇO GLOBAL, LOTE ÚNICO** e aquelas que tenham apresentado propostas em valores sucessivos e superiores em até 10% (dez por cento), relativamente à de menor preço, conforme disposto na Lei 10.520 de 17/07/2002;

7.5. Quando não forem verificadas, no mínimo, 03 (três) propostas escritas de preços nas condições definidas no subitem anterior, o Pregoeiro classificará as melhores propostas subsequentes, até o máximo de 03 (três), para que seus autores participem dos lances verbais quaisquer que sejam os preços oferecidos nas propostas escritas, conforme disposto na Lei 10.520 de 17/07/2002;

7.6. As licitantes classificadas serão dadas oportunidades para disputa, por meio de lances verbais e sucessivos, de valores distintos e decrescentes, através dos seus representantes legais;

7.7. O Pregoeiro convidará individualmente as licitantes classificadas, de forma sequencial, a apresentar lances verbais, a partir da proposta classificada de maior preço e, as demais, em ordem decrescente de valor;

7.8. A seguir será iniciada a rodada de lances verbais entre as licitantes convocadas;



ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO

Proc. Licitatório – PMPA
Página: _____
Com. Perm. Licitação



- 7.8.1.** A rodada de lances verbais será repetida até que se esgotem as ofertas por parte das licitantes;
- 7.8.2.** A convocação para oferta de lances pelo Pregoeiro terá como referencial os valores ofertados, iniciando-se com a licitante do maior preço e finalizando com a ofertante do menor preço, devendo o lance ofertado cobrir o de menor preço. A cada nova rodada será efetivada a classificação momentânea das propostas, o que definirá a sequência dos lances seguintes;
- 7.8.3.** O primeiro lance verbal da sessão deverá ser de valor inferior ao da proposta escrita de menor preço e os demais lances deverão cobrir o lance de menor valor;
- 7.8.4.** A licitante que não apresentar seu lance de forma indicada na alínea acima, quando convocada pelo Pregoeiro, será excluída das próximas rodadas de lances, salvo se as demais licitantes também não oferecerem;
- 7.8.5.** Declarada encerrada a etapa competitiva e ordenadas às propostas, o **Pregoeiro** examinará a aceitabilidade da primeira classificada, quanto ao objeto e valor, decidindo motivadamente a respeito;
- 7.8.6.** Serão aceitas cotações com até 02 (duas) casas após a vírgula.
- 7.8.7.** Analisadas as propostas apresentadas e concluída a etapa de lances verbais, a classificação final dar-se-á pela ordem crescente dos preços, observando-se, quando aplicável, a **Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações.**
- 7.9.** **A desistência em apresentar lance verbal,** quando convocada pelo Pregoeiro, implicará a exclusão da licitante da etapa de lances verbais e na manutenção da sua última oferta, ou constante na sua proposta original ou do último lance oferecido, para efeito de ordenação das propostas;
- 7.10.** Não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se a proponente desistente as penalidades constantes na legislação vigente;
- 7.11.** Caso não se realize lances verbais, serão verificados as conformidades entre a proposta escrita de menor preço e o valor estimado para a contratação;
- 7.12.** O Pregoeiro examinará a aceitabilidade, quanto ao objeto e os valores apresentados pela proposta classificada em primeiro lugar, decidindo motivadamente a respeito;
- 7.13.** Sendo **aceitável** a proposta de **MENOR PREÇO GLOBAL. LOTE ÚNICO,** será aberto o envelope contendo a documentação da habilitação da licitante que a tiver formulado, **para confirmação das suas condições habilitatórias;**
- 7.14.** Constatado o atendimento pleno às exigências editalícias, será declarada habilitada, porém somente será adjudicado o objeto deste Edital e seus Anexos, pelo Pregoeiro, **APÓS A APROVAÇÃO NA POC – PROVA DE CONCEITO** pela licitante declarada vencedora;
- 7.15.** Se a oferta não for aceitável ou se a licitante não atender às exigências habilitatórias, ou ainda, não atender as exigências na POC – PROVA DE CONCEITO, o Pregoeiro examinará as ofertas subsequentes e a qualificação das licitantes, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda a todas as exigências, sendo a respectiva licitante declarada vencedora e a ela adjudicado o(s) SERVIÇO(S) definido(s) no Anexo 1 deste Edital.
- 7.16.** O Pregoeiro poderá negociar diretamente com a proponente para que seja obtido preço melhor;
- 7.17.** Caso ocorra a apresentação de duas ou mais propostas originais de preços iguais, observadas as especificações técnicas e parâmetros mínimos de desempenho e qualidade definidos no Edital, as licitantes classificadas se recusarem a dar lances e consequentemente persistindo a igualdade de preços será adotado o critério de desempate por sorteio na forma do art. 45, parágrafo 2º, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, na própria sessão;
- 7.18.** Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista no objeto deste Edital e seus Anexos;
- 7.19.** Nesta fase o Pregoeiro poderá convocar sua equipe para auxiliá-lo na avaliação e obtenção do resultado e posterior divulgação do mesmo;
- 7.20.** No caso da sessão do Pregão, excepcionalmente, vir a ser suspensa antes de cumpridas todas as suas fases, os envelopes devidamente rubricados no fecho ficarão sob a guarda do Pregoeiro, e serão exibidos ainda lacrados e com as rubricas dos participantes na sessão marcada para o prosseguimento dos trabalhos;
- 7.21.** Se a licitante vencedora recusar-se a entregar o objeto licitado, as demais serão chamadas na ordem de classificação para fazê-lo, sujeitando-se a desistente às penalidades estabelecidas na Cláusula 14 deste Edital;
- 7.22.** Da reunião, lavrar-se-á ata circunstanciada, na qual serão registradas as ocorrências relevantes, devendo a mesma, ao final, ser assinada pelo **Pregoeiro** e os licitantes presentes, ressaltando-se que poderá constar à assinatura da equipe de apoio, sendo-lhes facultado esse direito.

8. DA DOCUMENTAÇÃO PARA FINS DE HABILITAÇÃO (envelope nº 02)

Rua Ministro César Cals, 226 - Centro - Fone: (66) 3575-5100 - CEP: 78530-000 - Peixoto de Azevedo - MT

site: www.peixotodeazevedo.mt.gov.br

e-mail: prefeitura@peixotodeazevedo.mt.gov.br



ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO

Proc. Licitatório – PMPA
Página: _____
Com. Perm. Licitação



8.1. No envelope nº 02 “DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO” deverão ser apresentados os documentos a seguir discriminados, **COM VALIDADE NA DATA DA LICITAÇÃO**, por qualquer processo de cópia, com a apresentação dos originais para conferência e autenticação por servidor do Departamento de Licitações do MUNICÍPIO DE PEIXOTO DE AZEVEDO-MT, representado pela PREFEITURA MUNICIPAL, conforme determina o art. 32 da Lei 8.666/93, e se possível, encadernados e com suas folhas numeradas sequencialmente, identificando-se cada fase da habilitação de modo a facilitar sua análise, relativos a:

8.1.1. Relativos à Habilitação Jurídica:

- a. Cédula de Identidade ou documento oficial com foto, autenticada, de todos os sócios da empresa;
- b. Registro comercial, no caso de Empresa Individual ou;
- c. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhados de documentos de eleição de seus administradores ou no ato constitutivo deverá estar contemplada, dentre os objetivos sociais, a execução de atividades de natureza compatível com o objeto de licitação; (os documentos em apreço deverão estar acompanhados da última alteração ou da consolidação respectiva);
- d. Inscrição do ato constitutivo no caso de sociedade civil, acompanhada de prova de diretoria em exercício ou;
- e. Decreto de autorização, em se tratando de empresa e sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir, obedecendo ao art. 28 da Lei nº 8.666/93;
- f. Prova de Inscrição no Cadastro de Contribuintes Municipal, ou alvará de Licença para Funcionamento, relativo ao domicílio ou sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto licitado, em plena vigência;
- g. Para comprovação da condição de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, Certidão Simplificada emitida pela Junta Comercial emitida com data não superior a 30 (trinta) dias;
- h. Certidão de optante pelo SIMPLES emitido pela Receita Federal com data não superior a 30 (trinta) dias.

8.1.2. Relativos à Regularidade Fiscal e Trabalhista:

- a. Prova de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);
- b. Prova de Inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual e Municipal, relativo ao domicílio ou sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto licitado, devidamente válido;
- c. Prova de regularidade com a Fazenda Federal, referente a débitos relativos aos tributos federais e a dívida ativa da união, abrangendo as contribuições sociais previstas nas alíneas “a” a “d”, do parágrafo único, art. 11, da Lei no 8.212, de 24 de julho de 1991;
- d. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual através da Certidão Negativa de Débitos Estaduais, expedida pela Secretaria de Estado de Fazenda;
- e. Prova de regularidade quanto a Dívida Ativa Estadual, expedida pela Procuradoria Geral do Estado da sede da licitante. Ressalvam-se a apresentação desta certidão para os casos de unificação de certidão com a regularidade fiscal estadual que por força de legislação Estadual, quando será aceita a certidão unificada;
- f. Certidão Negativa de Débitos Municipais, relativo ao domicílio ou sede da licitante;
- g. Certidão Negativa de Débito (CND-FGTS), fornecida pela Caixa Econômica Federal, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;
- h. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, fornecida pela Justiça do Trabalho.

8.1.3. Relativos à Qualificação Econômico-Financeira:

- a. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, devidamente lançados no Livro Diário registrado na Junta Comercial do domicílio ou sede da empresa, que comprovem a boa situação financeira desta, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizado por índices oficiais, quando encerrados há mais de 03 (três) meses da data da apresentação da proposta.
- b. Serão considerados aceitos como na forma da lei o balanço patrimonial e demonstrações contábeis assim apresentados:
- c. Sociedades regidas pela Lei nº. 6.404/76 (sociedade anônima):
I. publicados em Diário Oficial; ou



- II. publicados em jornal de grande circulação; ou
- III. por fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante.
- d. Sociedades por cota de responsabilidade limitada (LTDA):
 - I. balanço acompanhado por fotocópia dos Termos de Abertura e de Encerramento, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante ou em outro órgão equivalente; ou
 - II. por fotocópia do Balanço e das Demonstrações Contábeis devidamente registrados ou autenticados na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante.
- e. Sociedade criada no exercício em curso:
 - I. fotocópia do Balanço de Abertura, devidamente registrado ou autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante.
 - f. As empresas obrigadas por Lei a apresentarem ECD – Escrituração Contábil Digital, deverão juntar o respectivo comprovante de transmissão ao SPED (Serviço Público de Escrituração Digital) e o conjunto completo de documentos transmitidos à Secretaria da Receita Federal e a Junta Comercial, através de Sistema de Escrituração Digital, a saber:
 - I. Termos de Abertura e Encerramento do Livro Digital;
 - II. Balanço Patrimonial, nos termos do art. 5o da Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº. 1.774, de 22 de dezembro de 2017;
 - III. Demonstrativo de Resultado do Exercício;
 - IV. Termo de Autenticação do Livro Digital ou Recibo de transmissão.
 - g. O balanço patrimonial e as demonstrações contábeis deverão estar assinados por contador ou por outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade.
 - h. Certidão negativa de Falência, Concordata, Recuperação Judicial e Recuperação Extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica datada de, no máximo, 30 (trinta) dias antes da data da abertura dos envelopes, caso não apresente o seu prazo de validade expresso.
 - i. Estando a empresa em recuperação judicial ou extrajudicial, deverá apresentar juntamente com a certidão, a homologação da recuperação emitida pelo juízo competente, com a autorização expressa para a participação em licitações públicas.

8.1.4. Relativos a Qualificação Técnica:

- a. Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível com as parcelas de maior relevância do objeto desta licitação mediante a apresentação de um ou mais atestados de capacidade técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado que ateste a execução dos seguintes serviços: **gerenciamento de projetos e processos de dados, segurança da informação e implantação de processos de adequação a LGPD – Lei nº 13.709**. Caso o atestado de capacidade técnica seja emitido por empresa privada, este deverá conter o reconhecimento de firma em cartório público competente e autorizado.
- b. Declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII, do Art. 7º da Constituição e na Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999 (MODELO - ANEXO 3);
- c. Declaração de inexistência de fato superveniente impeditivo de habilitação, na forma do Art. 32, § 2º, da Lei 8.666/93 (MODELO – ANEXO 3);
- d. Declaração da licitante, sob as penas do Artigo 299 do Código Penal, de que terá a disponibilidade, caso venha a vencer o certame, do fornecimento do(s) PRODUTO(S)/SERVIÇO(S) licitado(s) para realizar a entrega nos prazos e condições previstas. (MODELO – ANEXO 3);
- e. Declaração de Idoneidade da empresa licitante. (MODELO – ANEXO 3);
- f. Caso a empresa licitante utilize plataforma/software para demonstrar sua capacidade em atender as exigências de compliance na demonstração na Prova de Conceito e a mesma não seja proprietária da solução, a licitante deverá apresentar documento comprobatório de vínculo entre ambas as empresas, devidamente válido JUNTAMENTE COM OS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO, sob pena de inabilitação.
- g. A licitante deverá disponibilizar documento comprobatório da execução dos trabalhos atestados, como contratos, notas fiscais, entre outros.
- h. Não será reconhecido e nem considerado válido o atestado de capacidade técnica emitida por empresa pertencente ao mesmo grupo empresarial da licitante, sendo considerado como empresa pertencente ao mesmo grupo da controlada



ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO

Proc. Licitatório – PMPA
Página: _____
Com. Perm. Licitação



pela licitante a empresa controladora ou que tenha uma pessoa física ou jurídica que seja sócia da empresa emitente e/ou da licitante.

8.2. Todas as licitantes deverão apresentar dentro do Envelope nº 02, os documentos específicos para a participação nesta licitação, se possível, numerados e, de preferência, sequencialmente, a fim de permitir celeridade na conferência e exame correspondentes;

8.3. Sob pena de inabilitação, todos os documentos apresentados para habilitação deverão estar:

- a.** Se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz; ou
- b.** Se a licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz;
- c.** O atestado de capacidade técnica/responsabilidade técnica poderá ser apresentado em nome e com CNPJ da matriz e/ou da(s) filial(ais) da licitante.

8.4. O Pregoeiro reserva-se o direito de solicitar o original de qualquer documento, sempre que tiver dúvida e julgar necessário;

8.5. Não serão aceitos **protocolos de entrega** ou solicitações de documentos em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e seus Anexos;

8.6. Se a documentação de habilitação não estiver completa e correta ou contrariar qualquer dispositivo deste Edital e seus Anexos, o Pregoeiro considerará a proponente inabilitada;

8.7. Poderá o Pregoeiro declarar qualquer fato formal, desde que não implique desobediência à legislação e for evidente a vantagem para a Administração, devendo também, se necessário, promover diligência para dirimir a dúvida, cabendo, inclusive, estabelecer um prazo máximo de 02 (dois) dias corridos para a solução;

8.8. Constatando através da diligência o não atendimento ao estabelecido, o Pregoeiro considerará a proponente inabilitada e prosseguirá a sessão;

8.9. Na hipótese de não constar prazo de validade nas certidões apresentadas, o Pregoeiro aceitará como válidas as expedidas até 90 (noventa) dias imediatamente anteriores à data de apresentação das propostas.

9. DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO

9.1. Até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o presente edital;

9.2. Caberá ao **Pregoeiro** decidir sobre a petição no prazo de 24:00h (vinte e quatro horas);

9.3. Acolhida à petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame;

9.4. A ocorrência de impugnação de caráter meramente protelatório, ensejando assim o retardamento da execução do certame, a autoridade competente poderá assegurar o contraditório e a ampla defesa, aplicar a pena estabelecida no artigo 7º da Lei nº 10.520/2002; e,

9.5. Quem impedir, perturbar ou fraudar, assegurado o contraditório e a ampla defesa, a realização de qualquer ato do procedimento licitatório, incorrerá em pena de detenção de 06 (seis) meses a 02 (dois) anos, e multa, nos termos do artigo 93 da lei 8.666/93.

10. DOS RECURSOS

(Artigo 4º, XVIII, XIX, XX e XXI da Lei nº 10.520/2002)

10.1. Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 03 (três) dias para apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

10.2. A alegação de preço inexequível por parte de uma das licitantes com relação à proposta de preços de outra licitante deverá ser devidamente comprovada sob pena de não conhecimento do recurso interposto.

10.3. A falta de manifestação imediata e motivada do licitante importará a decadência do direito de recurso e a



PREFEITURA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO



adjudicação do objeto da licitação pelo Pregoeiro ao vencedor.

10.4. O recurso contra decisão do **Pregoeiro** não terá efeito suspensivo.

10.5. O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.6. Decididos os recursos, a autoridade competente fará a adjudicação do objeto da licitação ao licitante vencedor.

11. DA ADMINISTRAÇÃO DA ARP E SUA UTILIZAÇÃO POR ÓRGÃOS NÃO PARTICIPANTES

11.1. Homologado o processo licitatório pela autoridade competente, que convocará o licitante vencedor para, no prazo de 03 (três) dias úteis, assinar a ARP ou Contrato de Fornecimento, sob pena de decair do direito de Registro.

11.2. O prazo de validade da **ARP será de 12 (doze) meses**, sendo que durante este período o licitante vencedor deverá manter as condições de habilitação exigidas na licitação.

11.3. A ARP não obriga outros Órgãos/Entidades, a firmarem contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição do(s) objeto(s), obedecida à legislação pertinente, sendo assegurado ao detentor do **registro à preferência de fornecimento, em igualdade de condições**.

11.4. O preço registrado e os respectivos fornecedores serão divulgados no Diário Oficial de Contas – TCE/MT e ficarão disponibilizados durante a vigência da ARP.

11.5. O Gestor Público convocará o fornecedor para negociar o preço registrado e adequá-lo ao preço de mercado, sempre que verificar que o preço registrado estiver acima do preço de mercado.

11.5.1. Caso seja frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido.

11.5.2. Em qualquer hipótese os preços decorrentes da revisão não poderão ultrapassar aos praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta do fornecedor e aquele vigente no mercado à época do registro – equação econômico-financeira.

11.5.2.1. Será considerado preço de mercado, os preços que forem iguais ou inferiores a média daqueles apurados pela Administração.

11.6. Não havendo êxito nas negociações com o primeiro colocado, a administração, poderá convocar os demais fornecedores classificados, nas mesmas condições ou revogar a ARP ou parte dela.

11.7. As alterações de preços oriundas da revisão dos mesmos, no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira, serão publicadas no Diário Oficial de Contas – TCE/MT.

11.8. Poderão utilizar-se da ARP órgãos ou entidades da Administração que não tenham participado do certame, desde que previamente autorizada pelo órgão gerenciador.

11.9. Caberá ao fornecedor detentor do registro na ARP, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, desde que não seja prejudicial às obrigações anteriormente assumidas.

11.10. Os órgão ou entidades interessados na utilização da ARP deverão encaminhar solicitação previa ao órgão gerenciador/Departamento Administrativo da Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo- MT.

11.11. A utilização desta ARP por outro órgão ou entidade fica condicionada aos seguintes pressupostos:

a. Não comprometimento da capacidade operacional do fornecedor;

b. Anuência expressa do fornecedor.

11.12. Os Órgãos ou Entidades não participantes poderão utilizar os quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços decorrentes deste certame, nos termos do decreto municipal.

12. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

12.1. A adjudicação do objeto ao licitante vencedor, feita pelo Pregoeiro, ficará sujeita à homologação do Chefe do Executivo do Município de Peixoto de Azevedo-MT.

12.2. Para fins de homologação, o proponente vencedor fica obrigado a apresentar proposta adequada ao preço ofertado na etapa de lances verbais, no prazo de 48h (quarenta e oito horas), contados da notificação realizada na audiência pública do Pregão.

12.3. O Contrato, no caso do presente PREGÃO, poderá substituído pela Nota de Empenho de Despesa na forma do artigo 62, “caput” e parágrafo 4º, da Lei nº 8.666/93.

12.4. Como condição para emissão da Nota de Empenho, o licitante vencedor deverá estar com a documentação obrigatória com validade perante, à Seguridade Social (INSS) e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).



PREFEITURA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO



12.5. Se as certidões referidas no item anterior não comprovarem a situação regular do licitante, os demais poderão ser chamados ao fornecimento, na ordem de classificação, para fazê-lo nas condições da proposta vencedora, observado que o **Pregoeiro** examinará a aceitabilidade, quanto ao objeto e valor, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

13. DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

13.1. A **ADJUDICATÁRIA SE OBRIGA**, nos termos deste Edital, a:

13.1.1. Executar o(s) SERVIÇO(S) adjudicado(s) **imediatamente, após o recebimento da Nota de Autorização de Despesa, emitida pelo Departamento de Compras**, acompanhado de Nota Fiscal com especificação e quantidade rigorosamente como descrito na Nota de Autorização de Despesa.

13.1.2. O recebimento não excluirá a Adjudicatária da responsabilidade civil, nem ético-profissional, pela perfeita execução do(s) SERVIÇO(S), dentro dos limites estabelecidos pela Lei nº 8.666/93;

13.1.3. A assinatura da Nota de Empenho não gera obrigação imediata de fornecimento do(s) MATERIAL(IS)/SERVIÇO(S) desta licitação, devendo esta ser precedida de Nota de Autorização de Despesa do Departamento de Compras que especifica quais são os SERVIÇO(S), quantidade(s) e valor(es);

13.1.4. Se a licitante vencedora desatender as exigências contidas neste edital, sem justificativa formalmente aceita pelo Fiscal do Contrato e Chefe do Poder Executivo, decairá do direito de executar os SERVIÇO(S) adjudicado, sujeitando-se às penalidades dispostas na **seção 14** deste Edital de Pregão.

13.1.5. A **ADJUDICATÁRIA** ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições deste edital, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do objeto adjudicado, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes.

13.2. A **ADJUDICANTE SE OBRIGA**, nos termos previstos neste edital a:

13.2.1. Efetuar com pontualidade os pagamentos a contratada, após o cumprimento das formalidades legais, através da Instituição Financeira Oficial contratada pelo Município de Peixoto de Azevedo-MT, no prazo não superior a 30 (trinta) dias, contado a partir do recebimento da Fatura/Nota Fiscal devidamente atestada pelo Órgão requisitante.

13.2.2. Exercer fiscalização sob os cumprimentos das obrigações pactuadas entre as partes.

13.2.3. Designar um representante da administração para fazer a fiscalização e acompanhamento do cumprimento do contrato (Fiscal do Contrato), devendo este fazer anotações e registros de todas as ocorrências, determinando o que for necessário à regularização de eventuais problemas observados.

14. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

(Artigo 7º da Lei nº 10.520/2002 e Artigos 86, 87 e 88 da Lei nº 8.666/93)

14.1. O descumprimento injustificado das obrigações assumidas nos termos deste edital, sujeita à contratada a multas, consoante o *caput* e §§ do art. 86 da Lei nº 8.666/93, incidentes sobre o valor da Nota de Empenho, na forma seguinte:

a) atraso até 05 (cinco) dias, multa de 2 % (dois por cento);

b) a partir do 6º (sexto) até o limite do 10º (décimo) dia, multa de 04 % (quatro por cento), caracterizando-se a inexecução total da obrigação a partir do 11º (décimo primeiro) dia de atraso.

14.2. Sem prejuízo das sanções cominadas no art. 87, I, III e IV, da Lei 8.666/93, pela inexecução total ou parcial do objeto adjudicado, o **Município de Peixoto de Azevedo-MT**, poderá garantido à prévia e ampla defesa, aplicar à **CONTRATADA** multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado.

14.3. A licitante, adjudicatária ou contratada que deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ou ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantendo a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com o Administração Pública pelo prazo mínimo de 2 (dois) anos, se for o caso, o Município de Peixoto de Azevedo-MT solicitará o seu descredenciamento do Cadastro de Fornecedores do Estado por igual período, sem prejuízo da ação penal correspondente na forma da lei, e terá sua inidoneidade declarada, garantida prévia e ampla defesa.

14.4. A multa, eventualmente imposta à contratada, será automaticamente descontada da fatura a que fizer jus, acrescida de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês. Caso a contratada não tenha nenhum valor a receber do Município de Peixoto de Azevedo-MT, ser-lhe-á concedido o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados de sua intimação, para efetuar o pagamento da multa. Após esse prazo, não sendo efetuado o pagamento, seus dados serão encaminhados



ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO

Proc. Licitatório – PMPA
Página: _____
Com. Perm. Licitação



ao Órgão competente para que seja inscrita na dívida ativa do Município, podendo, ainda o Município de Peixoto de Azevedo-MT, proceder à cobrança judicial da multa.

14.5. As multas previstas nesta seção não eximem a adjudicatária da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar ao Município de Peixoto de Azevedo-MT.

14.6. Se a **CONTRATADA** não proceder ao recolhimento da multa no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da intimação por parte da Administração, o respectivo valor será descontado dos créditos que esta possuir com o Município de Peixoto de Azevedo-MT, e, se estes não forem suficientes, o valor que sobejar será encaminhado para inscrição em Dívida Ativa e execução pelo Município.

14.7. Do ato que aplicar penalidade, caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência do ato através de notificação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão, ou nesse prazo encaminha-la devidamente informada para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo.

15. DA DOTACÃO ORÇAMENTÁRIA

15.1. As despesas decorrentes da contratação, objeto desta Licitação, correrão à conta dos recursos específicos consignados no orçamento das Secretarias, a seguir:

Órgão	05	SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E FAZENDA	
Unidade	001	GABINETE DO SECRETARIO	
Função	04	ADMINISTRAÇÃO	
Subfunção	123	ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	
Programa	0002	GESTÃO E PLANEJAMENTO DAS UNIDADES ADMINISTRATIVAS	
Proj./Ativ.	2011	MANUTENÇÃO E ENC. COM A SEC. DE PLANEJAMNTO E FAZENDA	
Dotação	74	3390.35	SERVIÇOS DE CONSULTORIA
FONTE DE RECURSOS/ SALDO DOTACAO ORCAMENTARIA DISPONIVEL:			
	15000	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	
		REGISTRO DE PREÇOS	

16. A PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

16.1. Nos termos dos artigos 42 e 43 da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006 e alterações introduzidas pela Lei Complementar nº 147/2014 as microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

16.1.1. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa. Eventual interposição de recurso contra a decisão que declara o vencedor do certame não suspenderá o prazo supracitado.

16.2. A não regularização da documentação no prazo previsto no subitem **16.1.1**, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no **art. 81 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993**, sendo facultado à Administração convocar para nova sessão pública os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para contratação, ou revogar a licitação.

16.3. Será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte, entendendo-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até **5% (cinco por cento)** superiores à proposta mais bem classificada e desde que a melhor oferta inicial não seja de uma microempresa ou empresa de pequeno porte.

16.4. Ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:

16.4.1. A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado;

16.4.2. Não ocorrendo à contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do subitem 16.4.1, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese do subitem 16.3, na ordem classificatória,



PREFEITURA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO



para o exercício do mesmo direito;

16.4.3. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontre no intervalo estabelecido no subitem 16.3, será realizado sorteio entre elas para que se identifique àquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

16.4.4. Na hipótese da não contratação nos termos previstos acima, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

16.4.5. A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de 05 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão.

16.4.6. A microempresa ou empresa de pequeno porte que usufruir dos benefícios de que trata a LC 123/2006 deverá apresentar, na forma da lei, juntamente com os documentos de habilitação, a declaração de que não se encontra em nenhuma das situações do § 4º do art. 3º da LC 123/2006 (ANEXO 9).

17. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

(Artigo 65, § 1º da Lei 8.666/93)

17.1. Após os procedimentos licitatórios, o processo será encaminhado ao representante legal do município para a devida homologação, e, posteriormente a licitante vencedora será convocada para assinatura da ARP.

17.2. É facultada ao **Pregoeiro** ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública.

17.3. A autoridade competente para determinar a contratação poderá revogar a licitação por razões de interesse público derivado de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado;

17.3.1. A anulação do procedimento induz à do contrato;

17.3.2. Os licitantes não terão direito à indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito do contratado de boa-fé de ser ressarcido pelos encargos que tiver suportado no cumprimento do contrato;

17.4. Os proponentes assumem todos os custos de preparação e apresentação de sua proposta e ao Órgão não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

17.5. Os proponentes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

17.6. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será redesignada para o dia, hora e local que será noticiado para o primeiro dia útil subsequente, em horário e local aqui estabelecido, desde que não haja comunicação do Pregoeiro em contrário.

17.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente normal na **Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo-MT**.

17.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento da licitante, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta, durante a realização da sessão pública de PREGÃO.

17.9. As normas que disciplinam este pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, sem comprometimento da segurança do futuro contrato.

17.10. Qualquer pedido de esclarecimento em relação a eventuais dúvidas na interpretação do presente Edital e seus Anexos deverá ser encaminhado ao **Pregoeiro**, através do e-mail licitacao_peixotodeazevedo@hotmail.com, pelo telefone (66)3575-5100 ou pessoalmente na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo-MT, sito a Rua Ministro Cesar Cals nº 226 Centro Peixoto de Azevedo-MT.

17.11. Os esclarecimentos estarão disponíveis aos interessados na Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo-MT, sendo de responsabilidade da licitante estar atendo aos mesmos e a quaisquer alteração no edital, não podendo alegar disto desconhecimento.

17.12. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

17.13. Os casos omissos aplicam-se as disposições constantes da Lei 10.520/2002, da Lei 8.666/93.

17.14. Poderá o Pregoeiro no interesse da administração, revelar omissões puramente formais, desde que:



ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO

Proc. Licitatório – PMPA
Página: _____
Com. Perm. Licitação



- 17.14.1.** Não comprometam a lisura e o caráter competitivo da licitação;
- 17.14.2.** Possam ser sanadas, no prazo determinado pelo Pregoeiro;
- 17.15.** A adjudicação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 17.16.** Da reunião, lavrar-se-á ata circunstanciada, na qual serão registradas as ocorrências relevantes, devendo a mesma, ao final, ser assinada pelo Pregoeiro e as licitantes presentes, ressaltando-se que poderá constar a assinatura da equipe de apoio, sendo-lhes facultado esse direito.
- 17.17.** Deverá as licitantes participantes permanecer no recinto da sessão pública até o término da mesma para a assinatura da ata.
- 17.18.** São partes integrantes deste Edital:
- ANEXO 1 – Termo de Referência;
- ANEXO 2 – Modelo Propostas de Preços;
- ANEXO 3 – Modelo de Declarações;
- ANEXO 4 – Modelo Declaração cumpre plenamente os requisitos habilitação;
- ANEXO 5 – Modelo de Carta de Credenciamento;
- ANEXO 6 – Minuta do Contrato de Fornecimento;
- ANEXO 7 – Minuta Ata de Registro de Preços;
- ANEXO 8 – Modelo de Folha de Dados para Preenchimento do Contrato;
- ANEXO 9 – Modelo de Declaração de enquadramento com ME ou EPP.
- ANEXO 10 – POC – Prova de Conceito
- ANEXO 11 – Catálogo de Serviços

Peixoto de Azevedo/MT, 22 de março de 2022.

Thiago Pereira da Silva
Pregoeiro Oficial



ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO

Proc. Licitatório – PMPA
Página: _____
Com. Perm. Licitação

ANEXO 1

TERMO DE REFERÊNCIA

1 – SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E FAZENDA

2 – SOLICITAÇÃO Nº: 207/2022

3 – CONVÊNIO/PROGRAMA: NÃO SE APLICA

4 – NATUREZA DO OBJETO:

Produto (s) () / Serviço(s) (X) / Produto(s) e Serviço(s) () / Obras e/ou Serviços de Engenharia ()

4.1 – DESCRIÇÃO SINTÉTICA DO OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTORIA TÉCNICA E ASSESSORIA PARA IMPLANTAÇÃO DE PROCESSOS DE COMPLIANCE, GESTÃO DA INFORMAÇÃO E INTELIGÊNCIA DE DADOS PARA A PREFEITURA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO. SEC. MUN. DE PLANEJAMENTO.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Foram consideradas para elaboração deste Termo de Referência:

A Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD ou LGPDP), Lei nº 13.709/2018, é a legislação brasileira que regula as atividades de tratamento de dados pessoais e que também altera os artigos 7º e 16 do Marco Civil da Internet. Assim como demais legislações correlatas, aplicando-se subsidiariamente, no que couber; O Decreto nº 10.609, que institui a Política Nacional de Modernização do Estado - Moderniza Brasil, com a finalidade de direcionar os esforços governamentais para aumentar a eficiência e modernizar a administração pública, a prestação de serviços e o ambiente de negócios para melhor atender às necessidades dos cidadãos.

4.2 – O objeto deste edital está decomposto em 3 itens para os quais há um repertório de serviços específico (ANEXO I) e sua unidade de medida. A tabela a seguir apresenta os Itens e o seus respectivos serviços, bem como a demanda máxima prevista para o lote. As aquisições que irão ocorrer observarão de forma criteriosa a demanda por cada item, solicitada pelo fiscal do contrato ou outro servidor nomeado pelo mesmo, via ordem de serviço, respeitando a tabela abaixo:

Item	Descritivo	UNIDADE	Quantidade
I	CONSULTORIA TÉCNICA E ASSESSORIA PARA IMPLANTAÇÃO DE PROCESSOS DE COMPLIANCE	HST – Horas de Serviços Técnicos	4.000
II	CONSULTORIA TÉCNICA E ASSESSORIA PARA GESTÃO DA INFORMAÇÃO		
III	CONSULTORIA TÉCNICA E ASSESSORIA PARA INTELIGÊNCIA DE DADOS		

Os serviços serão pagos pelo quantitativo de HST – Horas de Serviço Técnico utilizadas para elaboração dos produtos, tudo recebido e atestado como aderente as especificações previstas neste Termo de Referência. Será aplicado para essa contratação o disposto no Acórdão TCU nº 1099/2008 - Plenário, em que consta entendimento de que, havendo dependência entre os serviços que compõem o objeto licitado, a opção pelo não parcelamento mostra-se adequada, no mínimo do ponto de vista técnico, permitindo a composição, em um único lote. A unidade de medida para os serviços deverá respeitar a tabela acima, sendo mensurados por HST – Horas de Serviço Técnico, executadas mediante abertura de Ordens de Serviço (OS), observando-se o cumprimento dos serviços presentes neste termo de referência. Os tipos de serviços especificados na planilha acima poderão ser contratados individualmente ou de forma agrupada

Item	Descritivo	UNIDADE	Quantidade	Valor Unit.	Valor Total
310805	SERVIÇOS DE CONSULTORIA TÉCNICA E ASSESSORIA PARA IMPLANTAÇÃO DE PROCESSOS DE COMPLIANCE, GESTÃO DA INFORMAÇÃO E INTELIGÊNCIA DE DADOS.	HST – Horas de Serviços Técnicos	4.000	R\$ 210,71	R\$ 842.840,00

5 – JUSTIFICATIVA DO OBJETO:

SOBRE A LGPD

Sancionada, em 14 de agosto de 2018, a Lei nº 13.709/2018, Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), dispõe sobre o tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, por pessoa natural ou por pessoa jurídica de direito público ou privado, com o objetivo de proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural. Em vigor desde 2020, a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) começa a aplicar sanções às instituições que não



ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO

Proc. Licitatório – PMPA
Página: _____
Com. Perm. Licitação



estiverem em conformidade a partir de agosto deste ano (2021).

A LGPD estabelece regras e traz requisitos e obrigações para o tratamento de dados pessoais, protegendo os direitos de liberdade e privacidade dos titulares dos dados. A referida lei aplica-se a qualquer operação de tratamento realizada por pessoa natural ou por pessoa jurídica de direito público ou privado, independentemente do meio, do país de sua sede ou do país onde estejam localizados os dados, desde que:

I - a operação de tratamento seja realizada no território nacional;

II - a atividade de tratamento tenha por objetivo a oferta ou o fornecimento de bens ou serviços ou o tratamento de dados de indivíduos localizados no território nacional; ou (Redação dada pela Lei nº 13.853, de 2019) Vigência

III - os dados pessoais objeto do tratamento tenham sido coletados no território nacional.

§ 1º Consideram-se coletados no território nacional os dados pessoais cujo titular nele se encontre no momento da coleta.

§ 2º Excetua-se do disposto no inciso I deste artigo o tratamento de dados previsto no inciso IV do caput do art. 4º desta Lei.” (Art. 3º da LGPD).”

O normativo permite que toda pessoa natural tenha assegurada “a titularidade de seus dados pessoais e garantidos os direitos fundamentais de liberdade, de intimidade e de privacidade” (art. 17 da LGPD).

Isto é, segundo preconiza o art. 18 da LGPD, terá o direito:

“Art. 18. O titular dos dados pessoais tem direito a obter do controlador, em relação aos dados do titular por ele tratados, a qualquer momento e mediante requisição:

I - confirmação da existência de tratamento;

II - acesso aos dados;

III - correção de dados incompletos, inexatos ou desatualizados;

IV - anonimização, bloqueio ou eliminação de dados desnecessários, excessivos ou tratados em desconformidade com o disposto nesta Lei;

V - portabilidade dos dados a outro fornecedor de serviço ou produto, mediante requisição expressa e observados os segredos comercial e industrial, de acordo com a regulamentação do órgão controlador;

V - portabilidade dos dados a outro fornecedor de serviço ou produto, mediante requisição expressa, de acordo com a regulamentação da autoridade nacional, observados os segredos comercial e industrial; (Redação dada pela Lei nº 13.853, de 2019) Vigência

VI - eliminação dos dados pessoais tratados com o consentimento do titular, exceto nas hipóteses previstas no art. 16 desta Lei;

VII - informação das entidades públicas e privadas com as quais o controlador realizou uso compartilhado de dados;

VIII - informação sobre a possibilidade de não fornecer consentimento e sobre as consequências da negativa;

IX - revogação do consentimento, nos termos do § 5º do art. 8º desta Lei.”

Destaca-se que a LGPD entrará em vigor, nos seguintes termos estabelecidos pelo seu art. 65, verbis:

“Art. 65. Esta Lei entra em vigor: (Redação dada pela Lei nº 13.853, de 2019)

I - dia 28 de dezembro de 2018, quanto aos arts. 55-A, 55-B, 55-C, 55-D, 55-E, 55-F, 55-G, 55-H, 55-I, 55-J, 55-K, 55-L, 58-A e 58-B; e (Incluído pela Lei nº 13.853, de 2019)

I-A – dia 1º de agosto de 2021, quanto aos arts. 52, 53 e 54; (Incluído pela Lei nº 14.010, de 2020)

II - 24 (vinte e quatro) meses após a data de sua publicação, quanto aos demais artigos.”

De acordo com a aplicação da LGPD sobejamente exposta, a Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo está obrigada a adequar-se ao normativo, conforme preconiza o art. 24, caput e parágrafo único, da LGPD:

“Art. 24. As empresas públicas e as sociedades de economia mista que atuam em regime de concorrência, sujeitas ao disposto no art. 173 da Constituição Federal, terão o mesmo tratamento dispensado às pessoas jurídicas de direito privado particulares, nos termos desta Lei.”

Parágrafo único. As empresas públicas e as sociedades de economia mista, quando estiverem operacionalizando políticas públicas e no âmbito da execução delas, terão o mesmo tratamento dispensado aos órgãos e às entidades do Poder Público, nos termos deste Capítulo.

A LGPD, em seu art. 50, § 2º, inciso I, estabelece, ainda, que deve ser realizada a implementação de um programa de governança em privacidade que atenda, no mínimo, aos seguintes requisitos:

“a) demonstre o comprometimento do controlador em adotar processos e políticas internas que assegurem o cumprimento, de forma abrangente, de normas e boas práticas relativas à proteção de dados pessoais;

b) seja aplicável a todo o conjunto de dados pessoais que estejam sob seu controle, independentemente do modo como se realizou sua coleta;

c) seja adaptado à estrutura, à escala e ao volume de suas operações, bem como à sensibilidade dos dados tratados;

d) estabeleça políticas e salvaguardas adequadas com base em processo de avaliação sistemática de impactos e riscos à privacidade;

e) tenha o objetivo de estabelecer relação de confiança com o titular, por meio de atuação transparente e que assegure mecanismos de participação do titular;

f) esteja integrado a sua estrutura geral de governança e estabeleça e aplique mecanismos de supervisão internos e externos;

g) conte com planos de resposta a incidentes e remediação;

h) seja atualizado constantemente com base em informações obtidas a partir de monitoramento contínuo e avaliações periódicas;”

Na ocasião de haver infrações cometidas às normas previstas na LGPD, esta prevê, em seu art. 52, as seguintes sanções administrativas, a serem aplicadas pela autoridade nacional:

“Art. 52. Os agentes de tratamento de dados, em razão das infrações cometidas às normas previstas nesta Lei, ficam sujeitos às



ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO

Proc. Licitatório – PMPA
Página: _____
Com. Perm. Licitação



seguintes sanções administrativas aplicáveis pela autoridade nacional: (Vigência)

- I - advertência, com indicação de prazo para adoção de medidas corretivas;
- II - multa simples, de até 2% (dois por cento) do faturamento da pessoa jurídica de direito privado, grupo ou conglomerado no Brasil no seu último exercício, excluídos os tributos, limitada, no total, a R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) por infração;
- III - multa diária, observado o limite total a que se refere o inciso II;
- IV - publicização da infração após devidamente apurada e confirmada a sua ocorrência;
- V - bloqueio dos dados pessoais a que se refere a infração até a sua regularização;
- VI - eliminação dos dados pessoais a que se refere a infração; (...)
- X - suspensão parcial do funcionamento do banco de dados a que se refere a infração pelo período máximo de 6 (seis) meses, prorrogável por igual período, até a regularização da atividade de tratamento pelo controlador; (Incluído pela Lei nº 13.853, de 2019)
- XI - suspensão do exercício da atividade de tratamento dos dados pessoais a que se refere a infração pelo período máximo de 6 (seis) meses, prorrogável por igual período; (Incluído pela Lei nº 13.853, de 2019)
- XII - proibição parcial ou total do exercício de atividades relacionadas a tratamento de dados. (Incluído pela Lei nº 13.853, de 2019)"

MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO PARA SUPERAR A CRISE

O Decreto nº 10.609, que institui a Política Nacional de Modernização do Estado - Moderniza Brasil, possui como finalidade, direcionar os esforços governamentais para aumentar a eficiência e modernizar a administração pública, a prestação de serviços e o ambiente de negócios para melhor atender às necessidades dos cidadãos.

Conheça as diretrizes da Política Nacional de Modernização do Estado:

Direcionar a atuação governamental para a entrega de resultados com foco nos cidadãos;

Buscar o alinhamento institucional entre os atores envolvidos na política de modernização;

Promover um Estado moderno e ágil, capaz de atuar, de forma tempestiva e assertiva, frente aos desafios contemporâneos e às situações emergenciais;

Viabilizar a simplificação de normativos, procedimentos, processos e estruturas administrativas;

Assegurar a segurança jurídica necessária à inovação na gestão das políticas públicas e à dinamização do ambiente de negócios;

Aprimorar as capacidades dos servidores públicos e das instituições;

Ampliar o acesso e a qualidade dos serviços públicos;

Promover a transformação digital da gestão e dos serviços.

Com os desafios impostos pela pandemia do Coronavírus, estados e municípios precisam buscar alternativas e criar instrumentos de modernização da gestão pública, para superar a crise que tende a se agravar em nosso país.

A Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, compreende que todos os investimentos e recursos destinados à melhoria e modernização da gestão pública, quanto a otimização das receitas e despesas, estão alinhados com o atual momento, e a necessidade da evolução constante da administração pública. Além disso, impõe-se também a necessidade da contratação do referido serviço de implantação de processos de compliance, para boas práticas quanto a segurança e o tratamento da informação, e adequação da Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo à LGPD, tendo em vista as exigências legais e o considerável volume de dados tratados por esta administração. A Lei visa melhorar a proteção dos dados do ponto de vista da segurança da informação, bem como buscar melhorar os mecanismos de governança dos dados pessoais e dos fluxos de tratamento destes dados, incluindo descarte, compartilhamento, temporalidade, ciclo de vida e responsabilização pelo controle e operação destes dados, com foco em manter a privacidade dos dados em paralelo ao legítimo interesse da prestação de serviços públicos junto a sociedade.

6 – ESPECIFICAÇÃO TÉCNICAS:

A Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo cumprindo suas obrigações de promover uma gestão pública de qualidade, célere e que vá de encontro aos anseios da sociedade, entende que buscar readequar seus processos, visando a melhoria contínua do seu trabalho é fundamental para o desenvolvimento desta gestão. Investir em inovação, ferramentas e processos modernos, promovem maior celeridade, qualidade e assertividade nos trabalhos realizados por seus servidores. Atualmente, o alto volume de dados controlados por essa organização, bem como o valor da dívida ativa onde parte dela não pode sequer ser cobrada na justiça, pela falta de informação dos devedores, devido o déficit cadastral acumulado ao longo de anos, motiva essa gestão a buscar soluções que agreguem valor ao trabalho dos servidores da Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo e promovam uma maior eficiência fiscal e financeira, e, busque o enquadramento a Lei, evitando assim, sanções e multas.

Entre os benefícios esperados com essa contratação, espera-se aumentar a consciência sobre a segurança da informação através da implantação de processos gerenciais, identificar e proteger os dados essenciais controlados pela Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, ampliar o nível de consciência dos colaboradores/contratados/parceiros quanto a segurança da informação, preparar colaboradores para a gestão dos dados, criar um plano de conformidade a Lei nº 13.709/2018, promover maior celeridade no levantamento das informações pessoais e controle de acesso às informações, evitando multas. Ademais, espera-se ainda obter maior eficiência e eficácia na governança estratégica no atendimento das demandas da Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, promover a identificação mais ágil de oportunidades na melhoria da gestão pública, auxiliar na estruturação e implementação de estratégias de eficiência fiscal, apoiar o quadro de funcionários e ampliar a capacidade de execução, e muitos outros benefícios quanto a otimização, automação e padronização de dados e informações, a fim de melhorar a eficiência operacional e organizacional, e prevenir fraudes.

Os serviços a serem contratados estão agrupados segundo as suas principais características: Serviços de PROCESSOS DE COMPLIANCE, GESTÃO DA INFORMAÇÃO E INTELIGÊNCIA DE DADOS medidos por HST – Hora de Serviço Técnico.



ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO

Proc. Licitatório – PMPA

Página:

Com. Perm. Licitação



7 – FORMA DE FORNECIMENTO, LOCAL DE ENTREGA E PRAZO DE VIGÊNCIA:

7.1 Os serviços serão executados na sede da CONTRATADA, ou na sede da Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, em Peixoto de Azevedo, de segunda a sexta-feira, em horário comercial, sempre que convocada, podendo o horário ser alterado conforme necessidade da CONTRATANTE.

As atividades serão solicitadas pela Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo por meio de CHAMADOS/INCIDENTES registrados nos canais apropriados para os serviços contratados ou por ORDENS DE SERVIÇO (OS), negociadas previamente, para os serviços contratados, sendo essas, objeto de execução pela CONTRATADA após o registro ou encaminhamento delas, autorizadas pelo Gestor do Contrato ou servidor por ele indicado, desde que em concordância com os padrões e processos definidos neste documento e nos procedimentos internos da Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo.

ORDEM DE SERVIÇO (OS) é entendida como uma determinação formal à CONTRATADA, precedida de negociação e consenso entre as partes quanto aos seus termos, segundo os critérios estabelecidos no presente documento, para a realização de uma atividade no escopo da presente contratação. As ORDENS DE SERVIÇO serão, portanto, escritas e seus produtos esperados deverão ser descritos de forma clara, objetiva e mensurável quanto a sua realização efetiva. A título exemplificativo, são produtos esperados, também denominados “entregáveis”, artefatos ou atividades tais como relatórios, planejamentos, manutenções, documentações, treinamentos, configurações, dentre outros.

A remuneração de cada OS será em termos de HST – Horas de Serviços Técnicos conforme previsto neste edital. As ORDENS DE SERVIÇO poderão ser abertas pelos servidores da Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo que possuam autorização expressa para fazê-lo ou ainda pela própria CONTRATADA quando autorizada ou determinada pela Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo. Em ambos os casos, caberá ao Gestor do Contrato da Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo ou ao servidor por ele designado efetuar a aprovação da OS e sua estimativa de esforço, e recebimento do produto descrito na OS, para efeito de pagamento. A “estimativa de esforço” é uma estimativa provisória em HST – Hora de Serviço Técnico de um determinado Chamado ou Ordem de Serviço. Quando analisada e aprovada pela Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, a estimativa passa a ser tratada como “medida de esforço”. Na apresentação de cada Chamado ou Ordem de Serviço, será proposta pela CONTRATADA uma estimativa de esforço. A Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo confirmará ou retificará o dimensionamento em HST. A medida de esforço não será alterada após aprovação da Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo. As ORDENS DE SERVIÇO deverão seguir os modelos estipulados pela Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, atentando-se para os atributos mínimos abaixo relacionados, podendo sofrer acréscimos e supressões, mediante informação prévia à CONTRATADA, em razão da readaptação de processos internos da Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo:

- Identificador único da ORDEM DE SERVIÇO;
- Estimativa de esforço/medida de esforço
- Valor previsto em horas;
- Datas de início e término previstas para execução do serviço;
- Especificação das atividades a serem executadas e produtos a serem entregues;
- Critérios de recebimento do serviço pela prefeitura;
- Identificação dos responsáveis por parte da CONTRATADA pela realização do serviço;
- Identificação dos demandantes do serviço na prefeitura;
- Identificação do servidor responsável pela abertura da OS e pelo recebimento do serviço a que ela se refere.

7.2 O prazo de vigência da contratação será de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado na forma da Lei.

8 – FONTE DE RECURSOS / SUGERIDA: (SUJEITO A CONFIRMAÇÃO PELO DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE):

8.1 – Recursos Próprios: 100%

8.2 – Recursos de Convênios/Programa: não se aplica

8.3 – DADOS BANCÁRIOS:

8.3.1 – Agência: 5916-1

8.3.2 – Conta Bancária: 13.318-3

9 – FORMA DE PAGAMENTO:

9.1 O prazo para pagamento será de 30 (trinta) dias, contados da data do protocolo do documento de cobrança no setor competente da CONTRATANTE e obedecido o disposto na legislação.

9.2 O documento de cobrança será apresentado à Fiscalização, para atestação, e, após, protocolado no setor pertinente da CONTRATANTE.

9.3 O prazo para pagamento será de 30 (trinta) dias a contar da data do protocolo do documento de cobrança no setor pertinente da CONTRATANTE.

9.4 No caso de erro nos documentos de cobrança, estes serão devolvidos à CONTRATADA para retificação ou substituição, passando o prazo de pagamento a fluir, então, da reapresentação válida desses documentos.

9.5 O pagamento será efetuado à CONTRATADA através de crédito em conta bancária do fornecedor cadastrado junto à Coordenação do Tesouro Municipal.



ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO

Proc. Licitatório – PMPA

Página:

Com. Perm. Licitação



10 – DADOS DO ORÇAMENTO / SUGERIDO: (SUJEITO A CONFIRMAÇÃO PELO DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE):

10.1 - Projeto Atividade / Ação do orçamento: 20110 – Manut. e Encar. c/ a Sec. de Planejamento e Fazenda.

10.2 - Elemento de Despesa: 33.90.35 – Serviços de Consultoria

10.3 - Reduzido Orçamentário: 074

11 – CONTROLE DA EXECUÇÃO:

11.1 A fiscalização da contratação será exercida por representante (s) da administração.

Titular: **Grasiela Bagnara de Borja Santos**, matrícula nº 8435

Suplente: **Marcos Alves Oliveira**, matrícula nº 7564

11.2 A CONTRATADA submeter-se-á a todas as medidas e procedimentos de Fiscalização. Os atos de fiscalização, inclusive inspeções e testes, executados pela CONTRATANTE e/ou por seus prepostos, não eximem a CONTRATADA de suas obrigações no que se refere ao cumprimento das normas, especificações e projetos, nem de qualquer de suas responsabilidades legais e contratuais.

11.3 A Fiscalização da execução do (s) serviço (s) caberá à comissão designada por ato da autoridade competente no âmbito da CONTRATANTE. Incumbe à Fiscalização a prática de todos os atos que lhe são próprios nos termos da legislação em vigor, respeitados o contraditório e a ampla defesa.

11.4 A CONTRATADA declara, antecipadamente, aceitar todas as decisões, métodos e processos de inspeção, verificação e controle adotados pela CONTRATANTE, se obrigando a fornecer os dados, elementos, explicações, esclarecimentos e comunicações de que este necessitar e que forem considerados necessários ao desempenho de suas atividades.

11.5 A CONTRATADA se obriga a permitir que o pessoal da fiscalização da CONTRATANTE acesse quaisquer de suas dependências, possibilitando o exame das instalações e também das anotações relativas aos equipamentos, pessoas e materiais, fornecendo, quando solicitados, todos os dados e elementos referentes à execução do contrato.

11.6 Compete à CONTRATADA fazer minucioso exame das especificações do (s) serviço (s), de modo a permitir, a tempo e por escrito, apresentar à Fiscalização, para o devido esclarecimento, todas as divergências ou dúvidas porventura encontradas e que venham a impedir o bom desempenho do Contrato. O silêncio implica total aceitação das condições estabelecidas.

11.7 A atuação fiscalizadora em nada restringirá a responsabilidade única, integral e exclusiva da CONTRATADA no que concerne ao (s) serviço (s) contratado (s), à sua execução e às consequências e implicações, próximas ou remotas, perante a CONTRATANTE, ou perante terceiros, do mesmo modo que a ocorrência de eventuais irregularidades na execução contratual não implicará corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus prepostos.

11.8 A aceitação do objeto deste Termo de Referência se dará mediante a avaliação de Comissão de Fiscalização designada pela autoridade competente no âmbito da CONTRATANTE, que constatará se os serviços executados atendem a todas as especificações contidas neste Termo ou no processo que ensejou a presente contratação.

11.9 O objeto do presente Termo de Referência será recebido em tantas parcelas quantas forem as relativas ao pagamento.

11.10 Os serviços cujos padrões de qualidade estejam em desacordo com a especificação contida neste Termo e seus anexos deverão ser recusados pela Comissão responsável pela fiscalização do contrato, que anotará em registro próprio as ocorrências e determinará o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados. No que exceder à sua competência, comunicará o fato à autoridade superior, em 5 (cinco) dias, para ratificação.

11.11 Na hipótese de recusa de aceitação, por não atenderem às exigências da CONTRATANTE, a CONTRATADA deverá reexecutar quaisquer serviços defeituosos ou qualitativamente inferiores, passando a contar os prazos para pagamento e demais compromissos da CONTRATANTE da data da efetiva aceitação. Caso a CONTRATADA não reexecute os serviços não aceitos no prazo assinado, a CONTRATANTE se reserva o direito de providenciar a sua execução às expensas da CONTRATADA, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

11.12 O Aceite Provisório ficará a cargo da Comissão de Fiscalização, que emitirá Termo de Aceitação Provisória em até 30 (trinta) dias corridos após a conclusão dos serviços descritos neste Termo de Referência.

12 – DA OBRIGAÇÃO DAS PARTES:

12.1 – DA CONTRATANTE:

12.1.1 Oferecer todas as informações necessárias para que a licitante vencedora possa executar o objeto dentro das especificações.

12.1.2 Efetuar os pagamentos nas condições e prazos estipulados.

12.1.3 Acompanhar a execução e fiscalização dos serviços durante toda a vigência do Contrato de Prestação de Serviços.

12.1.4 Notificar, por escrito, o(a) Contratado(a), a ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, determinando seu refazimento.

12.1.5 Acompanhar a execução dos serviços, podendo intervir durante a sua realização, para fins de ajuste ou suspensão; inclusive rejeitando, no todo ou em parte, os resultados atingidos.

12.2 – DA CONTRATADA:

12.2.1 Realizar os serviços de acordo com todas as exigências contidas no Termo de Referência

12.2.2 Tomar as medidas preventivas necessárias para evitar danos a terceiros, em consequência da execução dos serviços

12.2.3 Responsabilizar-se integralmente pelo ressarcimento de quaisquer danos e prejuízos, de qualquer natureza, que causar à CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes da execução do objeto desta contratação, respondendo por si, seus empregados,



ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO

Proc. Licitatório – PMPA

Página:

Com. Perm. Licitação



prepostos e sucessores, independentemente das medidas preventivas adotadas

12.2.4 Atender às determinações e exigências formuladas pela CONTRATANTE

12.2.5 Responsabilizar-se, na forma do Contrato, por todos os ônus, encargos e obrigações comerciais, sociais, tributárias, trabalhistas e previdenciárias, ou quaisquer outras previstas na legislação em vigor, bem como por todos os gastos e encargos com material e mão de obra necessária à completa execução dos serviços:

a) em caso de ajuizamento de ações trabalhistas contra a CONTRATADA, decorrentes da execução do presente Contrato, com a inclusão da CONTRATANTE como responsável subsidiário ou solidário, a CONTRATANTE poderá reter, das parcelas vincendas, o montante dos valores cobrados, que serão complementados a qualquer tempo com nova retenção em caso de insuficiência;

b) no caso da existência de débitos tributários ou previdenciários, decorrentes da execução do presente Contrato, que possam ensejar responsabilidade subsidiária ou solidária da CONTRATANTE, as parcelas vincendas poderão ser retidas até o montante dos valores cobrados, que serão complementados a qualquer tempo com nova retenção em caso de insuficiência;

c) as retenções previstas nas alíneas "a" e "b" poderão ser realizadas tão logo tenha ciência a CONTRATANTE da existência de ação trabalhista ou de débitos tributários e previdenciários e serão destinadas ao pagamento das respectivas obrigações caso o a CONTRATANTE seja compelida a tanto, administrativa ou judicialmente, não cabendo, em nenhuma hipótese, ressarcimento à CONTRATADA;

d) eventuais retenções previstas nas alíneas "a" e "b" somente serão liberadas pela CONTRATANTE se houver justa causa devidamente fundamentada.

12.2.6 Manter as condições de habilitação e qualificação exigidas para a contratação durante todo prazo de execução contratual;

12.2.7 Responsabilizar-se, na forma do Contrato, pela qualidade dos serviços executados e dos recursos empregados, em conformidade com as especificações do Termo de Referência, sem ônus para a CONTRATANTE e sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis;

12.2.8 Responsabilizar-se inteira e exclusivamente pelo uso regular de marcas, patentes, registros, processos e licenças relativas à execução desta contratação, eximindo a CONTRATANTE das consequências de qualquer utilização indevida;

12.2.9 Indicar, nas notas fiscais emitidas, quando o objeto envolver prestação de serviços, o efetivo período do mês que está sendo faturado.

13 – DA PROVA DE CONCEITO

13.1 A prova de conceito, proof of concept ou POC, já é aplicada em várias ocasiões, pois busca verificar se a solução apresentada pelo licitante atende às exigências do ato convocatório, no que se refere à suas características, qualidade, funcionalidade, desempenho, níveis de serviços entre outros, dirimindo eventuais problemas para a Administração Pública. Assim, a Prova de Conceito destina-se a permitir que a Administração confirme a efetiva adequação da proposta do licitante ao objeto exigido no processo licitatório. A realização de prova de conceito ou a apresentação de amostra deve ocorrer na fase externa da licitação e apenas em relação ao licitante classificado em primeiro lugar, conforme determina o Tribunal de Contas da União (TCU) no Acórdão 2763/2013:

"Enunciado: A prova de conceito, meio para avaliação dos produtos ofertados, pode ser exigida do licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar, mas não pode ser exigida como condição para habilitação, por inexistência de previsão legal".

No caso em tela, está claro que devido a urgência para atender as exigências da Lei nº 13.709/2018, no que se refere a adequação à LGPD, bem como os critérios internacionais e nacionais de segurança e tratamento de dados e informações que serão utilizadas por esta administração, fica claro a necessidade da exigência da realização da Prova de Conceito a ser realizada pela licitante classificada em primeiro lugar conforme ANEXO II.

14 – DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

14.1 A licitante deverá apresentar, a título de habilitação, os documentos relativos a Habilitação Jurídica, Qualificação Técnica, Qualificação Econômico-Financeira e Regularidade Fiscal e Trabalhista previstos na Lei n.º 8.666/93. No caso de participação de empresas reunidas em CONSÓRCIO serão exigidos todos os dados de Habilitação, de cada uma das empresas participantes do consórcio; e demais regras/condições estabelecidas no Edital.

14.2 A licitante deverá apresentar atestado de capacidade técnica emitido em seu nome, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, neste último caso com reconhecimento de firma, estando acompanhado de documento comprobatório da execução dos trabalhos, como contratos, notas fiscais, entre outros, que tenham por escopo no mínimo a prestação dos seguintes serviços: Gerenciamento de projetos; modelagem de processos e dados; processos de prevenção a fraudes; melhoria de processos em sistemas de gestão da informação; segurança da informação; implementação de processos de adequação a LGPD – Lei nº 13.709 e sustentação em sistemas de informação.

Ainda, o atestado deverá conter todos os itens abaixo dispostos, por configurar serem as parcelas de maior relevância, conforme súmula 263 do TCU.

O TCU reconheceu, por meio da publicação da Súmula nº 263, que: para a comprovação da capacidade técnico-operacional das licitantes, e desde que limitada, simultaneamente, às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto a ser contratado, é legal a exigência de comprovação da execução de quantitativos mínimos em obras ou serviços com características semelhantes, devendo essa exigência guardar proporção com a dimensão e a complexidade do objeto a ser executado.

O TCU conferiu o seguinte conteúdo da ementa daquele acórdão: não afronta o art. 30, § 1º, inciso I, da Lei nº 8.666/1993 a exigência de atestados com quantitativo mínimo, para fins de comprovação de capacitação técnico-profissional, quando este quantitativo reflita características intrínsecas a cada contrato mencionado nos atestados e quando o objeto licitado for de natureza predominantemente



ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO

Proc. Licitatório – PMPA
Página: _____
Com. Perm. Licitação



intelectual, dificultando, por conseguinte, a aferição dessa capacitação.

Apresentar declaração de instalação física ou preposto, admitindo que a licitante possui instalações físicas ou preposto no município de Peixoto de Azevedo, em caso de não possuir, terá o prazo máximo de 10 (dez) dias contados da assinatura do contrato para a apresentação.

14.3 A não apresentação de todos os itens acima descritos deverá acarretar a desclassificação da LICITANTE.

15 – DAS CONDIÇÕES GERAIS:

15.1 Os preços apresentados na proposta serão irrevogáveis, salvo os casos especificados no Edital de licitação.

15.2 Impostos, taxas, fretes e outras despesas devem estar inclusos nos preços ofertados.

15.3 São vedados acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do artigo 65 da Lei 8.666/93.

15.4 A licitante vencedora deverá manter preposto, aceito pela Administração da Prefeitura Municipal de PEIXOTO DE AZEVEDO - MT, para representá-lo sempre que for necessário.

Peixoto de Azevedo- MT, 09 de fevereiro de 2022.

José Carlos Ferreira Alberto
Secretário de Planejamento e Fazenda



ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO

Proc. Licitatório – PMPA
Página: _____
Com. Perm. Licitação



ANEXO I

DO REPERTÓRIO DE SERVIÇOS ESPECÍFICO

A licitante deverá fornecer os serviços de CONSULTORIA TÉCNICA E ASSESSORIA PARA IMPLANTAÇÃO DE PROCESSOS DE COMPLIANCE contemplando:

- Gerenciar base de dados internas e externas;
- Criar relatórios, compilando e higienizando as informações para criação de listas suspeitas;
- Investigar, otimizar e padronizar as informações para eliminar riscos de fraudes;
- Criar dossiês de públicos-alvo de interesse para mitigar riscos;
- Gerenciar projetos e implantar boas práticas de compliance;
- Gerar e analisar o histórico processual e operacional de fornecedores orientando a gestão sobre possíveis riscos;
- Identificar problemas eminentes de não-conformidades com análise e cruzamento de informações e dados públicos ou não;
- Criar soluções e trilhas de investigação e apoio técnico a prevenção de fraudes;
- Panejar, implantar e gerir todos os processos de adequação à Lei nº 13.709/2018 (LGPD - Lei Geral de Proteção de Dados) para a CONTRATANTE;
- Implementar os processos para a função de DPO - Data Protection Officer;
- Implementar processos de governança e gestão de segurança e proteção da informação;
- Realizar a gestão do encarregado de dados/DPO, cuidando das comunicações com Data Owners, titulares e ANPD - Autoridade Nacional de Proteção de Dados.

A licitante deverá fornecer os serviços de CONSULTORIA TÉCNICA E ASSESSORIA PARA GESTÃO DA INFORMAÇÃO contemplando:

- Elaborar estudos de fontes de informações relevantes para otimizar os processos de tomada de decisão do cliente;
- Estudar, criar, melhorar e projetar soluções com os padrões de gestão pública e transparência;
- Desenhar fluxos e melhoria dos processos de execução dos trabalhos internos e externos;
- Desenvolver instrumentos e métodos de gestão ágil da informação e de processos operacionais e organizacionais;
- Criar processos com uso de informações que apoiem o desenvolvimento fiscal, operacional e econômico local do município;
- Planejar, estruturar e gerenciar projetos de inteligência de dados e informações para promover aumento na arrecadação municipal;
- Desenvolver projetos de inteligência de dados e informações, permitindo recuperar débitos não passíveis de cobrança, devido déficit nas informações cadastrais;
- Modelar dados e preparar relatórios e estudos com informações para acelerar o processo de criação de novos modelos estatísticos;
- Criar produtos ou serviços baseado em dados e informações;
- Estudar padrões de mercado e encontrar novas possibilidades para melhoria dos processos, internos e externos, de inteligência e gestão da informação;
- Realizar cruzamento de fontes de dados públicas, privadas, gratuitas ou não;
- Criar mapa, fluxos e processos de desafios prioritários no tema de melhoria na eficiência da gestão de projetos de informação;
- Elaborar plano de ação para melhoria do controle interno e externo das informações;
- Adaptar indicadores e metas a realidade das rotinas diárias de trabalho;



ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO

Proc. Licitatório – PMPA
Página: _____
Com. Perm. Licitação



- Gerenciar projetos de melhoria e eficiência dos trabalhos, interno e externo;
- Produzir e analisar indicadores socioeconômicos e ambientais a partir de critérios comparativos e analíticos.

A licitante deverá fornecer os serviços de CONSULTORIA TÉCNICA E ASSESSORIA PARA INTELIGÊNCIA DE DADOS contemplando:

- Definir, normatizar, higienizar, auditar e garantir a qualidade da informação;
- Aprimorar, customizar e integrar dados para a execução de projetos de melhoria na eficiência pública;
- Capturar, higienizar e alimentar dados internos ou externos;
- Minerar dados para identificar padrões de acordo com a demanda solicitada;
- Qualificar informações de pessoas físicas e jurídicas com segmentação por critérios relacionados e solicitados;
- Alimentar banco de dados através de integração de informações via API;
- Desenvolver APIs;
- Integrar, minerar e implementar novas bases de dados;
- Desenvolver relatórios específicos de cruzamento de dados;
- Planejar, desenvolver e implantar dashboards sob demanda;
- Customizar sistemas de informação e preparar arquivos, relatórios, dossiês e dados estruturados ou não, para download;
- Criar produtos estratégicos, com uso de inteligência de dados e informações, para o desenvolvimento de soluções de inovação.



ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO

Proc. Licitatório – PMPA
Página: _____
Com. Perm. Licitação



ANEXO II

DA PROVA DE CONCEITO

Declarado provisoriamente o vencedor do certame, o pregoeiro irá suspender a sessão pública para realização de PROVA DE CONCEITO (POC). A prova visa averiguar de forma prática no local, que os serviços ofertados atendem aos requisitos funcionais e técnicos especificados no termo de referência. A data e local de realização da POC e da retomada da sessão poderão ser informadas no fim da própria sessão pública, podendo ocorrer em até 2 (dois) dias úteis após o fim da sessão. Será constituída, uma comissão de avaliação que averiguará se o resultado entregue atende aos requisitos especificados.

A prova terá duração máxima de 8 (oito) horas e deverá ser realizada na sede da Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo e a EMPRESA poderá alocar até 2 (dois) profissionais para a realização da prova. Todos os equipamentos necessários para a execução da prova de conceito, tais como computadores, softwares, servidores ou qualquer outro tipo de equipamento tecnológico, serão de responsabilidade da empresa vencedora. Em conformidade com a Lei no 8.666/1993, art. 3º, caput e art. 43, inciso IV; Lei no 10.520/2002, art. 3º, inciso I e art. 4º, incisos XI e XVI; Acórdãos TCU no 1.182/2007, item 9.1 e no 1.168/2009, item 9.2.1, ambos do Plenário, a adjudicação do objeto licitado em favor do Licitante detentor do menor preço ficará condicionada à aprovação da amostra.

A licitante detentora do menor preço na fase de lances, após verificados os documentos de habilitação apresentados neste termo de referência, deverá apresentar amostra da solução a ser examinada e avaliada por comissão de servidores da Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo atendendo ao prazo estipulado pelo pregoeiro. A não entrega/apresentação da amostra no prazo e condições estabelecidas no edital acarretará desclassificação da licitante e convocação da licitante subsequente.

A licitante convocada deverá comprovar seus serviços, por meio de demonstração (prova de conceito), que será dividida em 3 fases. A licitante deverá comprovar que atende a pelo menos 80% dos requisitos estabelecidos abaixo, e para cada fase há um valor % (percentual) de referência, que somados totalizam 100% (cem por cento).

FASE 1 – POC – INVENTÁRIO

Percentual de referência desta fase: 10% de um total de 100%

Realizar inventário das bases de dados pessoais em uma das áreas da organização, a ser destacada no momento da realização da POC, com no máximo 5 gestores de processos que tratam dados pessoais. A partir dos resultados do inventário realizado, demonstrar como funcionarão os processos de atendimento e gestão das solicitações de titulares de dados pessoais (DPO).

() ATENDE () NÃO ATENDE

FASE 2 – POC – EXIGÊNCIA MÍNIMA DOS SERVIÇOS DE COMPLIANCE E INTELIGÊNCIA DE DADOS

Percentual de referência desta fase: 40% de um total de 100%

Fornecer visão de dados históricos empresarial dos últimos 10 anos (Pessoa Jurídica)

(5% do valor referencial) () ATENDE () NÃO ATENDE

Fornecer visualização de dados do contribuinte Pessoa Jurídica

(5% do valor referencial) () ATENDE () NÃO ATENDE

Fornecer visualização da árvore empresarial gráfica Pessoa Jurídica

(5% do valor referencial) () ATENDE () NÃO ATENDE

Fornecer funcionalidade compliance

(5% do valor referencial) () ATENDE () NÃO ATENDE

Fornecer a criação de dossiês compliance Pessoa Física e Pessoa Jurídica



ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO

Proc. Licitatório – PMPA
Página: _____
Com. Perm. Licitação



(5% do valor referencial) () ATENDE () NÃO ATENDE

Fornecer fonte de notícias de corrupção, fraude e crime Pessoa Jurídica

(5% do valor referencial) () ATENDE () NÃO ATENDE

Fornecer situação cadastral do CPF

(5% do valor referencial) () ATENDE () NÃO ATENDE

Fornecer a visualização dos dados em dashboard

(5% do valor referencial) () ATENDE () NÃO ATENDE

FASE 3 – POC – CRIAÇÃO DE DOSSIÊS

Percentual de referência desta fase: 50% de um total de 100%

Enriquecimento de lista com 200 CPFs em 3 minutos

() ATENDE () NÃO ATENDE

Enriquecimento de lista com 200 CNPJs em 3 minutos

() ATENDE () NÃO ATENDE

Criação de dossiê compliance PF ou PJ com informações resumidas, quadro de indicadores, dados cadastrais, relações comerciais, entidades relacionadas pessoa física e pessoa jurídica, informações financeiras, certidões negativas, informações jurídicas, ocorrências em diários oficiais, tribunais, mídia/internet, listas restritivas, notícias ligadas a corrupção, fraude, lavagem de dinheiro e crime, doação de campanha eleitoral, bens imóveis (se houver) e relação profissional.

() ATENDE () NÃO ATENDE

A partir do início da apresentação da amostra, a avaliação será realizada pela CONTRATANTE com apoio presencial de técnicos da Licitante conforme prazo estabelecido neste Termo de Referência, a fim de verificar o atendimento aos requisitos dispostos neste documento. As demais licitantes poderão assistir à apresentação, porém sua manifestação será aceita apenas na fase recursal.

Caso a CONTRATANTE dê causa a qualquer atraso ou interrupção no período de apresentação ou avaliação da amostra, os prazos poderão ser prorrogados; da mesma forma, casos de força maior poderão justificar a prorrogação de prazo. A prova de conceito poderá ser realizada de forma remota, a critério da CONTRATANTE.

Eventuais erros na solução, detectados durante o período de avaliação, deverão ser corrigidas pela Licitante em até 2 (duas) horas, contadas a partir da comunicação do fato pela CONTRATANTE.

Caso a solução ofertada não atenda as especificações acima, ou não atingir as metas referenciais, a Licitante será desclassificada e a próxima Licitante de menor ofertado será convocada a se apresentar e executar o mesmo procedimento, até que sejam atingidos os objetivos do certame.



ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO

Proc. Licitatório – PMPA
Página: _____
Com. Perm. Licitação



ANEXO 2

MODELO PROPOSTA DE PREÇOS (PAPEL TIMBRADO DO LICITANTE)

Pregão Presencial - SRP nº 010/2022

Licitação: Nº 010/2022. Modalidade: PREGÃO. Tipo: MENOR PREÇO GLOBAL, LOTE ÚNICO.

Licitante: _____ CNPJ: _____

Tel: (____) _____ Celular: (____) _____

E-mail: _____

Endereço: _____

OBJETO: “REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTORIA TÉCNICA E ASSESSORIA PARA IMPLANTAÇÃO DE PROCESSOS DE COMPLIANCE, GESTÃO DA INFORMAÇÃO E INTELIGÊNCIA DE DADOS PARA A PREFEITURA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO PELO PRAZO DE 12 (DOZE) MESES, DE ACORDO COM AS CONDIÇÕES E ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIA E ANEXOS.”

LOTE ÚNICO					
ITEM	TIPOS DE SERVIÇO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	SERVIÇOS DE CONSULTORIA TÉCNICA E ASSESSORIA PARA IMPLANTAÇÃO DE PROCESSOS DE COMPLIANCE, GESTÃO DA INFORMAÇÃO E INTELIGÊNCIA DE DADOS.	HST (Horas de Serviço Técnico)	4.000	R\$	R\$

- a) Valor Total: _____ (valor por extenso);
- b) Validade da Proposta: _____ (90 dias, conforme Edital);
- c) Prazo de Entrega: _____ 30 (trinta) dias, após a abertura da OS.
- d) Os preços apresentados na proposta incluem todos os custos e despesas, tais como: custos diretos e indiretos, tributos incidentes, taxa de administração, serviços, encargos sociais, trabalhistas, seguros, treinamento, lucro, transporte e outros necessários ao cumprimento integral do objeto deste Edital e seus Anexos;
- e) Para fins do disposto no Edital da presente Licitação, o representante Legal da participante declara, sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, que: A proposta apresentada para participar da presente Licitação foi elaborada de maneira independente pelo participante, e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato da presente Licitação, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

Local e data

Representante Legal _____

RG:

CPF:

(IMPRIMIR EM PAPEL TIMBRADO)

Rua Ministro César Cals, 226 - Centro - Fone: (66) 3575-5100 - CEP: 78530-000 - Peixoto de Azevedo - MT

site: www.peixotodeazevedo.mt.gov.br

e-mail: prefeitura@peixotodeazevedo.mt.gov.br



ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO

Proc. Licitatório – PMPA
Página: _____
Com. Perm. Licitação



ANEXO 3

Modelo de Declaração (Empregador Pessoa Jurídica) (PAPEL TIMBRADO DA LICITANTE)

Nome da Empresa _____, CNPJ Nº _____, sediada na
_____, nº _____, Bairro
_____, CEP _____, Município/Estado _____,
por seu representante legal abaixo assinado, em cumprimento ao solicitado no Edital de **Pregão Presencial - SRP
nº 010/2022** DECLARA, sob as penas da lei, que:

- Não possui em seu quadro de pessoal empregado(s) com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e menores de 16 (dezesseis) anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (catorze) anos, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal e Inciso V, art. 27, da Lei 8.666/93, com redação determinada pela Lei nº 9.854/1999;
- Não possui em seu quadro de pessoal servidores públicos do Poder Executivo Municipal exercendo funções técnicas, comerciais, de gerência, administração ou tomada de decisão (inciso III, do art. 9º da Lei 8.666/93);
- Recebeu os documentos e tomaram conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;
- Não existem fatos supervenientes impeditivos de sua habilitação, em conformidade com o art. 32, parágrafo 2º da Lei Federal nº 8.666/93.
- Não se encontrar inidônea para licitar ou contratar com órgão da Administração Pública Federal, Estadual, Municipal ou do Distrito Federal.
- Concordam e sujeitam-se com as condições e teor estabelecido no edital; e
- Terá a disponibilidade, caso venha a vencer o certame, o(s) MATERIAL(IS)/SERVIÇO(S) licitado(s) para realizar a entrega nos prazos e/ou condições previstas, sob as penas do art. 299 do código Penal.

Por ser a expressão da verdade, eu _____, representante legal desta empresa, firmo a presente.

Local e data

Representante Legal da Empresa

RG: CPF:



ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO

Proc. Licitatório – PMPA
Página: _____
Com. Perm. Licitação



ANEXO 4

Modelo de Declaração dando ciência de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação (PAPEL TIMBRADO DA LICITANTE)

Em atendimento ao previsto no edital de **PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 010/2022**, DECLARAMOS que cumprimos plenamente os requisitos de habilitação exigidos para participação no presente certame.

Local e data

Representante Legal da Empresa
RG: CPF:



ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO

Proc. Licitatório – PMPA
Página: _____
Com. Perm. Licitação



ANEXO 5

MINUTA DE CARTA DE CREDENCIAMENTO (PAPEL TIMBRADO DA LICITANTE)

A
PMPAZ/Secretaria Municipal de Administração
REF: EDITAL PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS. nº 010/2022 - TIPO MENOR
PREÇO GLOBAL, LOTE ÚNICO.

Através _____ do presente, credenciamento o(a) Sr.(a) _____, portador (a) do RG nº _____, Órgão expedidor _____ e do CPF nº _____, a participar da Licitação instaurada pela Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo – MT, na Modalidade de Pregão Presencial para Registro de Preços nº 010/2022, na qualidade de representante legal, outorgando-lhe poderes para pronunciar-se em nome da empresa _____, podendo rubricar a documentação de HABILITAÇÃO e das PROPOSTAS, manifestar, ofertar lances verbais, prestar todos os esclarecimentos a nossa Proposta, interpor recursos, desistir de prazos e recursos, enfim, praticar todos os demais atos inerentes ao Certame.

Local e data

Representante Legal da Empresa
RG: CPF:



ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO

Proc. Licitatório – PMPA
Página: _____
Com. Perm. Licitação



ANEXO 6

MINUTA DO CONTRATO DE FORNECIMENTO

CONTRATO DE FORNECIMENTO Nº ____/2022
PREGÃO: Nº 010/2022 – REGISTRO DE PREÇOS
VALIDADE: 12 (DOZE) MESES CONTADOS A
PARTIR DA DATA DE ASSINATURA, PODENDO SER
PRORROGADO NA FORMA DA LEI.

O **MUNICÍPIO DE PEIXOTO DE AZEVEDO-MT**, pessoa jurídica de direito interno público, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 03.238.631/0001-31, com sede administrativa à Rua Ministro César Cals, 226 – Centro – Peixoto de Azevedo-MT, doravante denominada simplesmente **CONTRATANTE**, neste ato representada por seu Prefeito Municipal em exercício, o **Sr. Mauricio Ferreira de Souza**, brasileiro, casado, empresário, portador da Cédula de Identidade RG 3.462.335-0 SSP/PR e CPF 408.557.409-49, residente e domiciliado a Rua Itamar Dias, nº 363, Bairro Centro Novo, nesta Cidade de Peixoto de Azevedo-MT, e de outro lado, a empresa _____, estabelecida na Rua _____ Nº _____, bairro _____, neste município de Peixoto de Azevedo-MT, CNPJ nº _____, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, neste ato representada por seu sócio Administrador, Sr (a) _____, portador da Carteira de Identidade nº _____ SSP/_____ e do CPF nº _____, considerando o resultado da licitação na modalidade de **PREGÃO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 010/2022**, conforme tabela abaixo, com seu respectivo preço unitário, publicada no **DIÁRIO OFICIAL DE CONTAS – TCE/MT** e a respectiva homologação, **RESOLVEM** contratar os preços, nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por ela alcançada por item, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório, e as constantes na ARP, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei nº 8.666/93 de 21/06/93 e suas alterações.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. A presente Licitação tem por objeto: **REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTORIA TÉCNICA E ASSESSORIA PARA IMPLANTAÇÃO DE PROCESSOS DE COMPLIANCE, GESTÃO DA INFORMAÇÃO E INTELIGÊNCIA DE DADOS PARA A PREFEITURA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO PELO PRAZO DE 12 (DOZE) MESES.**

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA DO CONTRATO DE FORNECIMENTO

2.1. O presente Contrato terá validade de _____ (_____) meses, contados a partir de sua assinatura, podendo ser prorrogado na forma da lei.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA GERÊNCIA DO CONTRATO DE FORNECIMENTO

3.1. O gerenciamento do presente Contrato caberá a **Secretaria Municipal de Administração** no seu aspecto operacional do **Município de Peixoto de Azevedo-MT**, nas questões legais.

CLÁUSULA QUARTA – DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

4.1. O(s) preço(s) registrado(s), a(s) especificação(ões) do(s) MATERIAL(IS)/SERVIÇO(S), o(s) quantitativo(s), marca(s), encontram-se relacionado(s) no presente Contrato, a seguir:



ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO

Proc. Licitatório – PMPA
Página: _____
Com. Perm. Licitação



LOTE ÚNICO					
ITEM	TIPOS DE SERVIÇO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	SERVIÇOS DE CONSULTORIA TÉCNICA E ASSESSORIA PARA IMPLANTAÇÃO DE PROCESSOS DE COMPLIANCE, GESTÃO DA INFORMAÇÃO E INTELIGÊNCIA DE DADOS.	HST (Horas de Serviço Técnico)	4.000	R\$	R\$

CLÁUSULA QUINTA – DO(S) LOCAL(AIS) E PRAZO(S) DE ATENDIMENTO

5.1. O(s) SERVIÇO(S) ser(ão) executado(s) de forma parcelada conforme necessidade da Secretaria Municipal de Planejamento e Fazenda, mediante Nota de Autorização de Despesa emitida pelo Setor de Compras autorizando a execução;

5.2. Os serviços serão executados na sede da CONTRATADA, ou na sede da Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, em Peixoto de Azevedo, de segunda a sexta-feira, em horário comercial, sempre que convocada, podendo o horário ser alterado conforme necessidade da CONTRATANTE;

5.3. Após o recebimento da NAD emitida pelo Setor de Compras, a contratada tem o prazo de 05 (cinco) dias úteis para dar início à execução do serviço.

CLÁUSULA SEXTA – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

6.1. As atividades serão solicitadas pela Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo por meio de CHAMADOS/INCIDENTES registrados nos canais apropriados para os serviços contratados ou por ORDENS DE SERVIÇO (OS), negociadas previamente, para os serviços contratados, sendo essas, objeto de execução pela CONTRATADA após o registro ou encaminhamento delas, autorizadas pelo Gestor do Contrato ou servidor por ele indicado, desde que em concordância com os padrões e processos definidos neste documento e nos procedimentos internos da Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo.

6.2. As ORDENS DE SERVIÇO poderão ser abertas pelos servidores da Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo que possuam autorização expressa para fazê-lo ou ainda pela própria CONTRATADA quando autorizada ou determinada pela Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo. Em ambos os casos, caberá ao Gestor do Contrato da Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo ou ao servidor por ele designado efetuar a aprovação da OS e sua estimativa de esforço, e recebimento do produto descrito na OS, para efeito de pagamento. A “estimativa de esforço” é uma estimativa provisória em HST – Hora de Serviço Técnico de um determinado Chamado ou Ordem de Serviço. Quando analisada e aprovada pela Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, a estimativa passa a ser tratada como “medida de esforço”. Na apresentação de cada Chamado ou Ordem de Serviço, será proposta pela CONTRATADA uma estimativa de esforço. A Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo confirmará ou retificará o dimensionamento em HST. A medida de esforço não será alterada após aprovação da Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo. As ORDENS DE SERVIÇO deverão seguir os modelos estipulados pela Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, atentando-se para os atributos mínimos abaixo relacionados, podendo sofrer acréscimos e supressões, mediante informação prévia à CONTRATADA, em razão da readequação de processos internos da Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo:

- a. Identificador único da ORDEM DE SERVIÇO;
- b. Valor previsto em horas;



ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO

Proc. Licitatório – PMPA
Página: _____
Com. Perm. Licitação



- c. Datas de início e término previstas para execução do serviço;
- d. Especificação das atividades a serem executadas e produtos a serem entregues;
- e. Critérios de recebimento do serviço pela prefeitura;
- f. Identificação dos responsáveis por parte da CONTRATADA pela realização do serviço;
- g. Identificação dos demandantes do serviço na prefeitura;
- h. Identificação do servidor responsável pela abertura da OS e pelo recebimento do serviço a que ela se refere.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1. Executar o(s) SERVIÇO(S) de acordo com o pactuado, não sendo aceito em hipótese alguma SERVIÇO(S) diverso(s);

7.1.1. Responsabilizar-se, na forma do Contrato, por todos os ônus, encargos e obrigações comerciais, sociais, tributárias, trabalhistas e previdenciárias, ou quaisquer outras previstas na legislação em vigor, bem como por todos os gastos e encargos com material e mão de obra necessária à completa execução dos serviços;

7.1.2. Responsabilizar-se integralmente pelo ressarcimento de quaisquer danos e prejuízos, de qualquer natureza, que causar à CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes da execução do objeto desta contratação, respondendo por si, seus empregados, prepostos e sucessores, independentemente das medidas preventivas adotadas;

7.1.3. Responsabilizar-se, na forma do Contrato, pela qualidade dos serviços executados e dos recursos empregados, em conformidade com as especificações do Termo de Referência, sem ônus para a CONTRATANTE e sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis;

7.2. Disponibilizar um canal de comunicação para o recebimento dos CHAMADOS/INCIDENTES, que deverá funcionar em horário compatível com o funcionamento da CONTRATANTE – de segunda à sexta-feira em horário comercial;

7.2.1. Atender às determinações e exigências formuladas pela CONTRATANTE, dentro do objeto deste contrato;

7.3. O(s) SERVIÇO(S) será(ão) avaliado(s) em relação à conformidade, especificação, bem como qualidade e quantidade, de acordo com o Edital. Sendo que o prazo para a consolidação do(s) SERVIÇO(S) executados será no máximo de 30 (trinta) dias, a contar da finalização do CHAMADO/INCIDENTE, conforme estipulado no item 6.2, e somente após, a nota fiscal será atestada e encaminhada para pagamento;

7.3.1. Fica(m) designado(s) como Fiscal(is) do Contrato, através da **Portaria Nº ____/2022**, o(s) servidor(es) abaixo para assistir e subsidiar o gestor do contrato indicado na epígrafe:

	NOME	MATRÍCULA
TITULAR		
SUPLENTE		

7.4. Cumprir todas as cláusulas e condições constantes do contrato;

7.5. Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação do certame, e, em especial para os atos de pagamento e renovação contratual os seguintes documentos:

- a) Prova de Regularidade para com a Fazenda Federal e a Seguridade Social;
- b) Prova de Regularidade para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);
- c) Certidão Negativa de Débitos Trabalhista.

7.6. Se a **CONTRATADA** desatender as exigências contidas neste contrato, sem justificativa formal aceita pela Secretaria Municipal de Administração, decairá do direito de executar o(s) SERVIÇO(S), sujeitando-se às penalidades dispostas na seção Clausula Décima Quarta deste contrato.



ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO

Proc. Licitatório – PMPA
Página: _____
Com. Perm. Licitação



CLÁUSULA OITAVA - DAS RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

8.1. São responsabilidades da CONTRATADA:

8.1.2. Todo e qualquer dano que causar ao Município, ou a terceiros, ainda que culposos praticados por seus prepostos, empregados ou mandatário, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização;

8.1.3. Toda e qualquer tipo de autuação ou ação que venha a sofrer em decorrência do fornecimento em questão, bem como pelos contratos de trabalho de seus empregados, mesmo nos casos que envolvam eventuais decisões judiciais, eximindo ao Município de qualquer solidariedade ou responsabilidade;

8.1.4. Toda e quaisquer multas, indenizações ou despesas impostas, em decorrência do descumprimento de lei ou de regulamento a ser observado na execução do contrato, desde que devidas e pagas, as quais serão reembolsadas ao Município, que ficará de pleno direito, autorizada a descontar, de qualquer pagamento devido à contratada, o valor correspondente.

8.1.5. A CONTRATADA autoriza ao Município, a descontar o valor correspondente aos referidos danos ou prejuízos diretamente das faturas pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos, independentemente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial, assegurada à prévia defesa.

8.1.6. A ausência ou omissão da fiscalização por parte do Município, não eximirá a CONTRATADA das responsabilidades previstas neste contrato.

CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

9.1. Receber o(s) SERVIÇO(S), de forma parcelada, nos termos, prazos, quantidade, qualidade e condições estabelecidas neste contrato;

9.1.1. O(s) SERVIÇO(S) será(ão) recusado(s) e devolvido(s) nas seguintes hipóteses:

- a) Nota fiscal com especificação e quantidades em desacordo com a Requisição de Compras;
- b) Entregues em desacordo com as especificações dos requisitos **obrigatórios** deste contrato;
- c) Apresentem vícios de qualidade ou impropriedade para o uso.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO PAGAMENTO

10.1. A Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo-MT efetuará o pagamento à CONTRATADA, através de crédito em conta corrente mantida pela CONTRATADA, com prazo nunca superior a 30 (trinta) dias, a contar a partir da data da apresentação da nota fiscal/fatura discriminativa acompanhada da correspondente Requisição de Compras.

10.2. Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação.

10.3. Para cada Nota de Empenho, a CONTRATADA deverá emitir uma única nota fiscal/fatura.

10.4. Nenhum pagamento isentará a CONTRATADA das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

11.1. Os preços contratados manter-se-ão inalterados pelo período de 12 (doze) meses, admitida à revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento.

11.3. A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas compras, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, conforme § 1º do art. 65 da Lei nº 8666/93;

11.4. Caso seja constatado que o preço contratado está superior à média dos preços de mercado, será solicitado a CONTRATADA, mediante correspondência notificatória a redução do preço registrado, de forma a adequá-lo à definição do § 1º do art. 65 da Lei nº 8666/93.

11.5. Fracassada a negociação com o primeiro colocado será convocado às demais empresas com preços registrados



ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO

Proc. Licitatório – PMPA
Página: _____
Com. Perm. Licitação



para o item, se for o caso, ou ainda os fornecedores classificados, respeitado as condições de fornecimento, os preços e os prazos do primeiro classificado, para redução do preço; hipótese em que poderão ocorrer alterações na ordem de classificação das empresas com preço registrado.

11.6. Serão considerados compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pela **Especificação e Preço de Referência**.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA RESCISÃO DO CONTRATO DE FORNECIMENTO

12.1. O presente Contrato de Fornecimento poderá ser cancelado de pleno direito, nas seguintes situações:

12.1.1. Quando o Fornecedor não cumprir as obrigações constantes no Edital de Registro de Preços;

12.1.2. Quando o Fornecedor der causa a rescisão administrativa da Nota Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

12.1.3. Em quaisquer hipóteses de inexecução total ou parcial da ordem de fornecimento decorrente deste Registro;

12.1.4. Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

12.1.5. Por razões de interesse públicos devidamente demonstrados e justificados;

12.2. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, a **CONTRATADA** será informada por correspondência com aviso de recebimento, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Contrato.

12.3. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial de Contas – TCE/MT), considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

12.4. A solicitação da **CONTRATADA** para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela **Administração**, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

12.5. Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades da **CONTRATADA**, relativas ao fornecimento do Item.

12.6. Caso o **Município de Peixoto de Azevedo-MT**, não se utilize da prerrogativa de cancelar este Contrato de Fornecimento, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que a **CONTRATADA** cumpra integralmente a condição contratual infringida.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS

13.1. Correrão por conta exclusivas da **CONTRATADA**:

13.1.1. Todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência das contratações do objeto deste Contrato.

13.1.2. As contribuições devidas à Previdência Social, encargos trabalhistas, prêmios de seguro e de acidentes de trabalho, emolumentos e outras despesas que se façam necessárias à execução do Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS PENALIDADES

(Artigo 7º da Lei nº 10.520/2002 e Artigos 86, 87 e 88 da Lei nº 8.666/93)

14.1. O descumprimento injustificado das obrigações assumidas nos termos deste contrato, sujeita à contratada a multas, consoante o *caput* e §§ do art. 86 da Lei nº 8.666/93, incidentes sobre o valor da Nota de Empenho, na forma seguinte:

a) atraso até 05 (cinco) dias, multa de 2 % (dois por cento);

b) a partir do 6º (sexto) até o limite do 10º (décimo) dia, multa de 04 % (quatro por cento), caracterizando-se a inexecução total da obrigação a partir do 11º (décimo primeiro) dia de atraso.

14.2. Sem prejuízo das sanções cominadas no art. 87, I, III e IV, da Lei 8.666/93, pela inexecução total ou parcial do objeto adjudicado, o **Município de Peixoto de Azevedo-MT**, poderá garantido à prévia e ampla defesa, aplicar à **CONTRATADA** multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado,

Suspensão temporária de participar de licitações e impedimento de contratar com o Município de Peixoto de Azevedo-



ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO

Proc. Licitatório – PMPA
Página: _____
Com. Perm. Licitação



MT, por prazo de até 02 (dois) anos, Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

14.3. A licitante, adjudicatária ou contratada que deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ou ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantendo a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com o Administração Pública pelo prazo mínimo de 2 (dois) anos, se for o caso, o Município de Peixoto de Azevedo-MT solicitará o seu descredenciamento do Cadastro de Fornecedores do Estado por igual período, sem prejuízo da ação penal correspondente na forma da lei, e terá sua inidoneidade declarada, garantida prévia e ampla defesa;

14.4. A multa, eventualmente imposta à contratada, será automaticamente descontada da fatura a que fizer jus, acrescida de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês. Caso a contratada não tenha nenhum valor a receber do Município de Peixoto de Azevedo-MT, ser-lhe-á concedido o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados de sua intimação, para efetuar o pagamento da multa. Após esse prazo, não sendo efetuado o pagamento, seus dados serão encaminhados ao Órgão competente para que seja inscrita na dívida ativa do Município, podendo, ainda o Município de Peixoto de Azevedo-MT, proceder à cobrança judicial da multa;

14.5. As multas previstas nesta seção não eximem a adjudicatária da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar ao Município de Peixoto de Azevedo-MT;

14.6. Se a **CONTRATADA** não proceder ao recolhimento da multa no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da intimação por parte da Administração, o respectivo valor será descontado dos créditos que esta possuir com o Município de Peixoto de Azevedo-MT, e, se estes não forem suficientes, o valor que sobejar será encaminhado para inscrição em Dívida Ativa e execução pelo Município;

14.7. Do ato que aplicar penalidade, caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência do ato através de notificação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão, ou nesse prazo encaminha-la devidamente informada para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOS ILÍCITOS PENAIIS

15.1. As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

16.1. As despesas iniciais previstas no corrente exercício, oriundas da contratação, objeto desta Licitação, correrão à conta dos recursos específicos consignados no orçamento da **Secretaria Municipal de Planejamento e Fazenda**, conforme a seguir:

Dotação Orçamentária:

Órgão	05	SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E FAZENDA	
Unidade	001	GABINETE DO SECRETARIO	
Função	04	ADMINISTRAÇÃO	
Subfunção	123	ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	
Programa	0002	GESTÃO E PLANEJAMENTO DAS UNIDADES ADMINISTRATIVAS	
Proj./Ativ.	2011	MANUTENÇÃO E ENC. COM A SEC. DE PLANEJAMENTO E FAZENDA	
Dotação	74	3390.35	SERVIÇOS DE CONSULTORIA
FONTE DE RECURSOS/ SALDO DOTACAO ORCAMENTARIA DISPONIVEL:			
	15000	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	
		REGISTRO DE PREÇOS	

16.2. As despesas para o exercício correntes serão alocadas em dotação orçamentária própria do exercício de 2022, consignado pela Lei Orçamentária Anual, sendo o valor estimado em: R\$ _____ (_____).



ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO

Proc. Licitatório – PMPA
Página: _____
Com. Perm. Licitação



163. As despesas para o exercício subsequente serão alocadas em dotação orçamentária própria do exercício de 2023, consignado pela Lei Orçamentária Anual, sendo o valor estimado em: R\$ _____(_____).

164. Nos exercícios seguintes, durante a vigência do contrato, as despesas respectivas serão empenhas, indicando-se os créditos e empenhos para a sua cobertura, previsto para atendimento dessa finalidade, em lavratura de adendos ou apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

17.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

17.1.1. Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo ao presente Contrato.

17.1.2. É vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente registro para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da Prefeitura Municipal.

CLÁUSULA DECIMA OITAVA - DO FORO

18.1. Fica eleito o foro da Justiça Estadual da Comarca de Peixoto de Azevedo Estado de Mato Grosso para dirimir qualquer dúvida decorrente do presente Contrato, com renúncia de qualquer outro.

Peixoto de Azevedo/MT, xx de xxxx de 2022.

Município de Peixoto de Azevedo-MT
Rep. Legal: Mauricio Ferreira de Souza
=CONTRATANTE=

Empresa
Rep. Legal:
=CONTRATADA=



ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO

Proc. Licitatório – PMPA
Página: _____
Com. Perm. Licitação



ANEXO 7

MINUTA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº XXX/2022

ATA DE REGISTRO DE PREÇO (ARP) que entre si celebram o Município de Peixoto de Azevedo-MT, por intermédio da Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo e as empresas vencedoras do certame licitatório referente ao Pregão Presencial – SRP nº 010/2022, tendo por OBJETO: “**REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTORIA TÉCNICA E ASSESSORIA PARA IMPLANTAÇÃO DE PROCESSOS DE COMPLIANCE, GESTÃO DA INFORMAÇÃO E INTELIGÊNCIA DE DADOS PARA A PREFEITURA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO PELO PRAZO DE 12 (DOZE) MESES, DE ACORDO COM AS CONDIÇÕES E ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIA E ANEXOS.**”

O **MUNICÍPIO DE PEIXOTO DE AZEVEDO-MT**, pessoa jurídica de direito interno público, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 03.238.631/0001-31, com sede administrativa à Rua Ministro César Cals, 226 – Centro – Peixoto de Azevedo-MT, doravante denominada simplesmente **CONTRATANTE**, neste ato representada por seu Prefeito Municipal, o **Sr. Mauricio Ferreira de Souza**, brasileiro, casado, empresário, portador da Cédula de Identidade RG 3.462.335-0 SSP/PR e CPF 408.557.409-49, residente e domiciliado a Rua Itamar Dias, nº 363, Bairro Centro Novo, nesta Cidade de Peixoto de Azevedo-MT em obediência geral a Lei nº 10.520 de 17/07/2002, pelo Decreto Municipal nº 006/2010 e subsidiariamente pela Lei nº 8.666 de 21/06/1993 (e suas alterações posteriores) e, das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial para Registro de Preços nº 010/2022 Ata de julgamento de Preços, e homologada pelo ordenador de despesas desta Prefeitura, **RESOLVEM** registrar os preços da(s) empresa vencedora(s) que incidirá no valor do(s) **SERVIÇO(S)**, nas quantidades estimadas anuais, de acordo com a classificação por ela alçada no item, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório, Termo de Referência e seus anexos e as constantes desta ARP, para formação do **SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS – SRP** destinado a contratações futuras sujeitando-se as partes normas constantes das Leis e Decretos supracitados e em conformidade com as disposições a seguir.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O objeto **IMEDIATO** do presente instrumento de registrar os preços **UNITÁRIOS** obtido na licitação **PREGÃO PRESENCIAL – SRP nº 010/2022**; enquanto o objeto **MEDIATO** será contratação futura da empresa, visando o fornecimento do(s) **SERVIÇO(S)** constante(s) do aludido do anexo 1 que acompanhou o Edital da citada licitação e que ora o integra.

1.2. As quantidades a serem fornecidas, constantes do anexo 1 que acompanhou o Edital da licitação, poderá, nos limites do art. 65 da Lei 8666/93, serem acrescidas de conformidade com a demanda do período de vigência desta ARP.

1.3. Este instrumento não obriga o Órgão a efetivar a total aquisição nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição do(s) **SERVIÇO(S)**, obedecidas a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VENCEDORA, DA ESPECIFICAÇÃO, QUANTIDADE, MARCA E PREÇO

2.1. A licitante vencedora, o item, quantidade, unidade, especificação, marca, fornecedor, e o preço unitário estão registrados nessa ARP, e encontram-se indicados na tabela abaixo:

2.2. Registro de Preço da empresa inscrita no CNPJ sob o Nº
localizada na Bairro cidade de CEP representada pelo seu



ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO

Proc. Licitatório – PMPA
Página: _____
Com. Perm. Licitação



senhorCPF nº.....RG sob o nº.....residente e domiciliado na.....Bairro
cidade.....,

Planilha demonstrativa dos preços

LOTE ÚNICO					
IT E M	TIPOS DE SERVIÇO	UNIDA DE	QUANTIDA DE	VALOR UNITÁRI O	VALOR TOTAL
01	SERVIÇOS DE CONSULTORIA TÉCNICA E ASSESSORIA PARA IMPLANTAÇÃO DE PROCESSOS DE COMPLIANCE, GESTÃO DA INFORMAÇÃO E INTELIGÊNCIA DE DADOS.	HST (Horas de Serviço Técnico)	4.000	R\$	R\$

CLAUSULA TERCEIRA – DA CONTRATAÇÃO

3.1. Para a presente contratação foi instaurado procedimento licitatório com fundamento nas Leis nº 10.520/02, Lei Federal nº 8.666/93 e Decreto Municipal nº 006/10.

3.2. Regularmente convocado para retirar a solicitação de empenho, o fornecedor cumprirá fazê-lo no prazo mínimo de 03(três) dias úteis, prorrogáveis por uma única vez, se houver justificativa aceita pela Prefeitura, sujeitando-se as penalidades legalmente estabelecidas.

3.3. O fornecedor fica incumbido de apresentar procuração, contrato social, carta de preposição ou documento equivalente (original ou cópia autenticada), que designe expressamente o seu representante habilitado para retirada da solicitação de empenho.

CLÁUSULA QUARTA - DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - ARP

4.1. O registro de preço constante desta ARP firmada entre a Prefeitura e a empresa que apresentou a proposta classificada em 1º lugar em consequência do presente certame, terá validade pelo prazo de 12 (doze) meses contados a partir da data de assinatura da referida ARP.

4.2. O prazo máximo de validade do registro de preços será de 12 (doze) meses contados a partir da data de assinatura da respectiva ARP. As contratações decorrentes do SRP terão sua vigência estabelecida conforme as disposições contidas nos editais e respectivos instrumentos de contrato, observando o disposto no artigo 57 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993.

4.3. Durante o prazo de validade da ARP, o órgão gerenciador ou aderente não ficará obrigado a adquirir o(s) SERVIÇO(S) exclusivamente pelo SRP, podendo realizar nova licitação quando julgar oportuno e conveniente, ou mesmo proceder às aquisições por dispensa ou inexigibilidade, se for o caso, nos termos da legislação vigente, não cabendo qualquer tipo de recurso ou indenização à empresa signatária do SRP.

4.4. A partir da vigência da ARP, o fornecedor se obriga a cumprir, na íntegra, todas as condições estabelecidas, ficando sujeito, inclusive, as penalidades pelo descumprimento de qualquer de suas cláusulas.

CLÁUSULA QUINTA - DA ADMINISTRAÇÃO DA ARP E SUA UTILIZAÇÃO POR ÓRGÃOS NÃO PARTICIPANTES

5.1. A Gerência da ARP ficará cargo da Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo/MT, nos termos das normas que regem a matéria e normalizações internas.

5.2. Poderão utilizar-se desta ARP órgãos ou entidades da Administração que não tenham participado do certame, desde que previamente autorizada pelo órgão gerenciador.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO



5.3. Caberá ao fornecedor detentor do registro na ARP, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, desde que não seja prejudicial às obrigações anteriormente assumidas.

5.4. Os órgão ou entidades interessados na utilização da ARP deverão encaminhar solicitação previa ao órgão gerenciador/Departamento Administrativo da Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo-MT.

5.5. A utilização desta ARP por outro órgão ou entidade fica condicionada aos seguintes pressupostos:

a) Não comprometimento da capacidade operacional do fornecedor;

b) Anuência expressa do fornecedor.

5.6. Os Órgãos ou Entidades não participantes poderão utilizar os quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços decorrentes deste certame, nos termos do decreto municipal.

CLÁUSULA SEXTA - DO PREÇO

6.1. O preço unitário registrado para a empresa signatária deste instrumento é aquele constante na Planilha Demonstrativa de Preços e Classificação.

6.2. Em cada fornecimento, o preço total será o valor unitário multiplicado pela quantidade de que se deseja do(s) SERVIÇO(S).

6.3. É vedado qualquer reajuste de preços exceto por força de legislação em vigor que assim o permita.

6.4. Caso reste frustrada também a negociação com as demais empresas, órgão gerenciador cancelará total ou parcialmente esta ARP adotando as medidas cabíveis para a nova aquisição desejada.

6.5. Visando subsidiar eventuais revisões, o órgão gerenciador realizará nova Pesquisa de preços.

6.6. Nos preços unitários registrados estão incluídas todas as despesas e taxas de qualquer Espécie relativas ao objeto registrado (encargos sociais etc.).

CLÁUSULA SÉTIMA - MODO DE RECEBIMENTO

7.1. O recebimento provisório e definitivos ocorrerão conforme o especificado no Termo de Referência.

7.2. Em se verificando vícios na execução do(s) SERVIÇO(S), o fornecedor será informado para corrigi-lo imediatamente, ficando nesse período interrompida a contagem do prazo para pagamento.

7.3. A informação ao fornecedor sobre vícios ou defeitos na execução do(s) SERVIÇO(S) será realizada pelo Fiscal do Contrato.

7.4. Em relação a eventuais decréscimos, não se aplica a regra contida no artigo 65, inciso II, da Lei nº 8.666/93, podendo os órgãos adquirirem quantidade inferior ao estimado, sem necessidade de anuência da signatária da ARP.

CLÁUSULA OITAVA - DO LOCALE PRAZO DE ENTREGA

8.1. O(s) SERVIÇO(S) ser(ão) executado(s) de forma parcelada conforme necessidade da Secretaria Municipal de Planejamento e Fazenda, mediante Nota de Autorização de Despesas emitida pelo Setor de Compras autorizando o fornecimento.

8.2. Para cada fornecimento, o órgão gerenciador ou aderente da ARP providenciará a expedição da solicitação de empenho.

8.3. Se a empresa com preço registrado em primeiro lugar não fornecer ou se recusar a receber a Requisição de Compras já empenhada, sem justificativa plausível e aceita pelo órgão gerenciador, este convocará empresa com preço registrado em segundo lugar para efetuar o fornecimento nas condições próximas do primeiro colocado, e assim por diante.

8.4. Caso a empresa, ao participar do certame, tenha apresentado proposta de fornecimento parcial do(s) SERVIÇO(S), o esgotamento do(s) SERVIÇO(S) será o limite mínimo de quantidade que a empresa se dispôs a fornecer.

8.5. Na hipótese do Item 8.4, órgão gerenciador ou aderente da ARP adquirirá restante do(s) SERVIÇO(S) das demais empresas classificadas em 2º ou 3º lugar para esse mesmo item.

8.6. O recebimento definitivo dar-se-á conforme apresentado no Termo de Referência.

8.6.1. Em se verificando problemas na execução do(s) SERVIÇO(S), a empresa será informada para corrigi-los, ficando nesse período interrompida a contagem do prazo para recebimento definitivo.



CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES GERAIS DO FORNECEDOR

- 9.1.** Manter, durante a vigência da ARP, todas as condições de regularidade fiscal, trabalhista e Previdenciário exigidas no edital de licitação respectivo.
- 9.2.** Executar fielmente o objeto desta ARP, comunicando, imediatamente, ao representante legal do órgão gerenciador ou aderente qualquer fato impeditivo de seu cumprimento.
- 9.3.** Responder às notificações no prazo estabelecido.
- 9.4.** Não assumir obrigações que comprometam ou prejudiquem a capacidade de fornecimento ao órgão gerenciador e aos órgãos parceiros.
- 9.5.** Efetuar a perfeita execução o do objeto licitado.
- 9.6.** Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação do certame, e, em especial para os atos de pagamento e renovação contratual os seguintes documentos:
- d)** Prova de Regularidade para com a Fazenda Federal e a Seguridade Social;
 - e)** Prova de Regularidade para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);
 - f)** Certidão Negativa de Débitos Trabalhista.

CLÁUSULA DECIMA - OBRIGAÇÕES ESPECIAIS DO ÓRGÃO GERENCIADOR

- 10.1.** Gerenciar a ARP.
- 10.2.** Notificar o fornecedor para verificar o seu aceite em caso de fornecimento para órgão aderente. (em casos de adesão).
- 10.3.** Encaminhar cópias da ARP aos órgãos aderentes.
- 10.4.** Conduzir o procedimento de sinalização ao fornecedor, responsabilizando-se, inclusive, pela sua aplicação, exceto quando se tratar de litígio entre órgão aderente e fornecedor.
- 10.4.1.** Caberá órgão aderente à aplicação de penalidade ao fornecedor em caso de descumprimento das cláusulas desta ARP, devendo ser encaminhada cópias para conhecimento das decisões de aplicação de penalidade ao fiscal da ARP.
- 10.5.** Mediante solicitação do órgão aderente efetuar o devido termo aditivo de acréscimo quantitativo do objeto.
- 10.6.** Cancelar, parcial ou totalmente, a ARP.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA FISCALIZAÇÃO

- 11.1.** Órgão gerenciador ou aderente fiscalizará o exato cumprimento das cláusulas e condições estabelecidas no presente instrumento, cada qual na sua respectiva competência.
- 11.1.1.** A omissão, total ou parcial, da fiscalização não eximirá o fornecedor da integral responsabilidade pelos encargos que são de sua competência.
- 11.2.** Cada órgão aderente deverá indicar o fiscal-gestor do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - ARP

- 12.1.** A ARP poderá ser cancelada, total ou parcialmente, de forma unilateral pelo órgão gerenciador, quando:
- a)** O fornecedor não dispuser a substituir o(s) MATERIAL(IS)/SERVIÇO(S) que vierem a apresentar defeitos de qualidade;
 - b)** O fornecedor não cumprir as obrigações constantes deste Instrumento;
 - c)** O fornecedor não retirar a solicitação de empenho no prazo estabelecido, sem apresentar justificativa aceita pelo fiscal do contrato do órgão gerenciador ou órgão aderente;
 - d)** O fornecedor, na execução do contrato, incorrer numa das hipóteses enumeradas no artigo 78 da Lei nº 8.666/93;
 - e)** Por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificado nos autos;
 - f)** Demais sanções previstas no Edital e Termo de Referência.
- 12.2.** O cancelamento da ARP, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório, será comunicado ao fornecedor e publicado na Imprensa Oficial.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO



12.3. O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fatos supervenientes que venham a comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes da Teoria da Imprevisão, devidamente comprovados.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – RETENÇÃO DE IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES

13.1. A Prefeitura efetuará retenção dos impostos e encargos legais sobre as Notas Fiscais, quando for o caso;

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO PAGAMENTO

14.1. O pagamento será efetuado mediante ordem bancária emitida em favor da empresa contratada, na estrita ordem cronológica da data de sua exigibilidade, a partir da data de entrega da Nota Fiscal ao DEPARTAMENTO FINANCEIRO, a ser processada em duas vias, com todos os campos preenchidos discriminando valores unitários e totais do item, sem rasuras e devidamente atestada pelo servidor responsável pelo recebimento do bem, constando, ainda, o número do banco, da agência e da conta- corrente onde deseja receber seu crédito.

14.2. A cada pagamento será verificada a situação de validade dos documentos exigidos na habilitação.

14.3. Em existindo documento com prazo de validade vencido ou irregular, o fornecedor será notificado para regularizar.

14.4. O fornecedor, depois de notificado, terá prazo de 15 (quinze) dias para proceder à Regularização. Findo o prazo, em não se manifestando ou não regularizando, o fato deverá ser certificado e comunicado ao Departamento Administrativo do órgão gerenciador para as providências cabíveis.

14.5. Caso a documentação esteja disponível na internet, o próprio órgão gerenciador ou aderente poderá baixa-la e carrear para os autos, sem necessidade de comunicar o fato ao fornecedor.

14.6. Junto ao corpo da Nota Fiscal é recomendado que o fornecedor faça constar, para fins de pagamento, o nome e número do banco, da agência e da conta corrente, telefone e, se disponível, o e- mail.

14.7. As despesas iniciais previstas no corrente exercício, oriundas da contratação, objeto desta Licitação, correrão à conta dos recursos específicos consignados no orçamento da **Secretaria Municipal de Planejamento e Fazenda**, conforme a seguir:

Órgão	05	SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E FAZENDA	
Unidade	001	GABINETE DO SECRETARIO	
Função	04	ADMINISTRAÇÃO	
Subfunção	123	ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	
Programa	0002	GESTÃO E PLANEJAMENTO DAS UNIDADES ADMINISTRATIVAS	
Proj./Ativ.	2011	MANUTENÇÃO E ENC. COM A SEC. DE PLANEJAMNTO E FAZENDA	
Dotação	74	3390.35	SERVIÇOS DE CONSULTORIA
FONTE DE RECURSOS/ SALDO DOTACAO ORCAMENTARIA DISPONIVEL:			
	15000	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	
		REGISTRO DE PREÇOS	

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – CONDIÇÕES DE FATURAMENTO

15.1. O documento de cobrança (Nota Fiscal, Fatura, etc.) deverá ser encaminhado ao órgão comprador, que terá o prazo de até 30 (trinta) dias para dar a liquidação da despesa, na forma estatuída no art. 40, XIV, “a” da Lei nº 8.666/93, ou interromper o prazo, no caso de qualquer incorreção detectada.

15.2. O documento de cobrança será emitido em nome do órgão comprador, sem emendas ou rasuras, fazendo menção expressa ao número da Solicitação de Empenho e contendo todos os dados da mesma.

15.2.1. O número de inscrição no CNPJ da empresa deverá ser o mesmo da documentação apresentada para habilitação, da Proposta Comercial e do documento de cobrança, que serviu de base para emissão da Solicitação de ordem de fornecimento.

15.3. Todos os tributos incidentes sobre o(s) MATERIAL(IS)/SERVIÇO(S) fornecido(s)/licitado(s) deverão estar



ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO

Proc. Licitatório – PMPA
Página: _____
Com. Perm. Licitação



inclusos no valor total do documento de cobrança, observada a legislação tributária aplicável à espécie.

15.4. No documento de cobrança deverá constar o nome e o número do banco, bem como o nome e número da agência e o número da conta corrente na qual se executará o depósito bancário para pagamento repetindo-se os dados contidos na Proposta Comercial.

15.5. Qualquer alteração de dados bancários somente será permitida desde que efetuada em papel timbrado da empresa, assinada por representante legal, devidamente comprovado por documento hábil e encaminhado ao órgão comprador, antes do processamento do respectivo pagamento.

15.6. No documento de cobrança não deverá constar descrição estranha ao constante da Solicitação de Empenho.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

(Artigo 7º da Lei nº 10.520/2002 e Artigos 86, 87 e 88 da Lei nº 8.666/93)

16.1. O descumprimento injustificado das obrigações assumidas nos termos desta ARP, sujeita à contratada a multas, consoante o *caput* e §§ do art. 86 da Lei nº 8.666/93, incidentes sobre o valor da Nota de Empenho, na forma seguinte:

a) atraso até 05 (cinco) dias, multa de 2 % (dois por cento);

b) a partir do 6º (sexto) até o limite do 10º (décimo) dia, multa de 04 % (quatro por cento), caracterizando-se a inexecução total da obrigação a partir do 11º (décimo primeiro) dia de atraso.

16.2. Sem prejuízo das sanções cominadas no art. 87, I, III e IV, da Lei 8.666/93, pela inexecução total ou parcial do objeto adjudicado, o **Município de Peixoto de Azevedo-MT**, poderá garantir à prévia e ampla defesa, aplicar à **CONTRATADA** multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado,

Suspensão temporária de participar de licitações e impedimento de contratar com o Município de Peixoto de Azevedo-MT, por prazo de até 02 (dois) anos, Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

16.3. A licitante, adjudicatária ou contratada que deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ou ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantendo a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com o Administração Pública pelo prazo mínimo de 2 (dois) anos, se for o caso, o Município de Peixoto de Azevedo-MT solicitará o seu descredenciamento do Cadastro de Fornecedores do Estado por igual período, sem prejuízo da ação penal correspondente na forma da lei, e terá sua inidoneidade declarada, garantida prévia e ampla defesa;

16.4. A multa, eventualmente imposta à contratada, será automaticamente descontada da fatura a que fizer jus, acrescida de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês. Caso a contratada não tenha nenhum valor a receber do Município de Peixoto de Azevedo-MT, ser-lhe-á concedido o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados de sua intimação, para efetuar o pagamento da multa. Após esse prazo, não sendo efetuado o pagamento, seus dados serão encaminhados ao Órgão competente para que seja inscrita na dívida ativa do Município, podendo, ainda o Município de Peixoto de Azevedo-MT, proceder à cobrança judicial da multa;

16.5. As multas previstas nesta seção não eximem a adjudicatária da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar ao Município de Peixoto de Azevedo-MT;

16.6. Se a **CONTRATADA** não proceder ao recolhimento da multa no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da intimação por parte da Administração, o respectivo valor será descontado dos créditos que esta possuir com o Município de Peixoto de Azevedo-MT, e, se estes não forem suficientes, o valor que sobejar será encaminhado para inscrição em Dívida Ativa e execução pelo Município;

16.7. Do ato que aplicar penalidade, caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência do ato através de notificação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão, ou nesse prazo encaminha-la devidamente informada para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

17.1- Considerando o prazo de validade estabelecido na cláusula quarta da ARP e, em atendimento ao órgão do artigo 28 da Lei Federal nº 9.069 de 29/06/1995, ao artigo 3º 1º da Lei Federal nº 10192/2001 e demais legislações pertinentes, é vedado qualquer reajustamento de preços, até que seja completado o período de 12 (doze) meses



ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO

Proc. Licitatório – PMPA
Página: _____
Com. Perm. Licitação



contados a partir da data de recebimento das propostas indicadas no preâmbulo do edital do Pregão Presencial - SRP nº 010/2022, que integra a presente ARP, observadas as disposições constantes do Decreto Municipal.

17.2- Fica ressalvada a possibilidade de alteração das condições para a concessão de reajustes em face da superveniência de normas federais aplicáveis à espécie ou de alteração dos preços, comprovadamente, praticados no mercado, com a finalidade de manter o equilíbrio econômico e financeiro da avença.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DOCUMENTOS APLICÁVEIS

18.1 - Esta ARP vincula-se às disposições contidas nos documentos a seguir especificados, cujos teores são conhecidos e acatados pelas partes:

- a) Edital de Pregão Presencial – SRP nº 010/2022 e Termo de Referência;
- b) Ata da Sessão Pública;
- c) Proposta escrita do fornecedor ou recomposição de preço, caso houver.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DAS PRERROGATIVAS DO ÓRGÃO GERENCIADOR

19.1. O fornecedor reconhece os direitos do órgão gerenciador relativos ao presente instrumento:

- a) Modifica-lo, unilateralmente, para melhor adequação às finalidades do interesse público, nos termos do art. 65 da Lei nº 8.666/93, respeitados os direitos do Fornecedor;
- b) Cancela-lo, total ou parcialmente, nos casos especificados no inciso I do art. 79 da Lei nº 8.666/93;
- c) Aplicar as penalidades motivadas pela inexecução, total ou parcial, deste instrumento;
- d) Fiscalizar o fornecimento do(s) MATERIAL(IS)/SERVIÇO(S).
- e) Os órgãos aderentes serão responsáveis pela sua fiscalização.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – COMUNICAÇÕES

20.1. As correspondências expedidas pelas partes signatárias deverão mencionar o número deste instrumento e o assunto específico da correspondência.

20.1.1. As comunicações feitas ao órgão gerenciador deverão ser endereçadas a:

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO

Rua Ministro César Cals nº 226 Centro- Peixoto de Azevedo-MT – CEP 78530-000 Secretaria Municipal de Administração

SETOR DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

20.2. Eventuais mudanças de endereço dos órgãos aderentes ou dos fornecedores deverão ser comunicadas por escrito ao órgão gerenciador.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

21.1. Todo instrumento de procuração deverá constar firma reconhecida do mandante, nos termos do art. 654, 2º do Código Civil.

21.2. O fornecedor obriga-se a manter em compatibilidade com as obrigações por ele assumida, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação e a cumprir fielmente as cláusulas ora avençadas, e ainda com as normas previstas na Lei nº 8.666/93 e legislação complementar, durante a vigência desta ARP.

21.3. Os casos omissos serão resolvidos em reuniões formais feito pelo Fiscal da ARP com a empresa contratada ou seu procurador e a quem interessar, lavrando-se, ao final da reunião, ata circunstanciada assinada por todos os presentes e encaminhando-a ao Prefeito para Homologação e Despacho.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - DA PUBLICAÇÃO

22.1. Para eficácia do presente instrumento, a Contratante providenciará a publicação trimestralmente na Imprensa Oficial do Município e divulgação por meios eletrônicos, os preços registrados para utilização dos órgãos participantes em conformidade com o disposto no art. 4, inciso VII do Decreto Municipal 006/2010.



ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO

Proc. Licitatório – PMPA
Página: _____
Com. Perm. Licitação



CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - DO FORO

23.1. Fica eleito o Foro de Peixoto de Azevedo-MT para dirimir quaisquer controvérsias advindas da execução desta ARP.

22.2. E por estarem de acordo, depois de lidos e assinados, ficando uma via arquivada na Gerencia Setorial de Licitação do órgão gerenciador, na forma do art. 60 da Lei nº 8.666/93.

Peixoto de Azevedo - MT, _____ de _____ de 2022

MAURICIO FERREIRA DE SOUZA
Prefeito Municipal



ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO

Proc. Licitatório – PMPA
Página: _____
Com. Perm. Licitação



ANEXO 8

Modelo da Folha de Dados para Preenchimento do Contrato

DADOS DA EMPRESA		
Razão Social:		
Endereço:		
Nº Bairro:		
Cidade:	UF:	CEP:
Telefone: ()	E-mail:	
DADOS DO RESPONSÁVEL PARA ASSINATURA DE CONTRATOS		
Nome Completo:		
Nacionalidade:	Estado Civil:	Profissão:
RG nº	Órgão Expedidor:	UF:
CPF nº	Cargo que ocupa na Empresa:	
Endereço:		
Nº Bairro:		
Cidade:	UF:	CEP:
Telefone: ()	E-mail:	

Obs.: em caso de representante por procurador, juntar o instrumento de mandato específico para assinatura do contrato.

Local e Data

(Carimbo e assinatura do responsável pelas informações)

Observação: solicitamos a gentileza de preencher este formulário em papel timbrado, e entrega-lo dentro do envelope **02 - DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO** da presente licitação. Caso essa empresa seja vencedora, estes dados facilitarão a elaboração e assinatura do contrato referente a este procedimento licitatório. A não apresentação desse formulário não implicará a inabilitação do proponente.



ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO

Proc. Licitatório – PMPA
Página: _____
Com. Perm. Licitação



ANEXO 9

Modelo de Declaração de enquadramento com ME ou EPP (PAPEL TIMBRADO DO EMITENTE DO ATESTADO)

A Empresa _____ (razão social da empresa), inscrito no CNPJ sob nº _____, sediada no endereço _____, por intermédio do seu Sócio Proprietário Sr(a). _____, portador (a) da Carteira de Identidade nº ____ e do CPF nº __, Declara, sob as penalidades da lei, que se enquadra como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte nos termos do art. 3º da Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006. Declara ainda, que está apta a usufruir dos benefícios e vantagens legalmente instituídas por não se enquadrar em nenhuma das vedações legais impostas pelo § 4º do art. 3º da Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006.

- ☐ MICROEMPRESA – ME;
☐ EMPRESA DE PEQUENO PORTE – EPP;
☐ MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL – MEI

O que declaramos acima é verdade e por isso damos fé.

Local e Data

(Nome completo por extenso do responsável pela Pessoa Jurídica emitente desta declaração e sua assinatura)



ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO

Proc. Licitatório – PMPA
Página: _____
Com. Perm. Licitação



ANEXO 10

PROVA DE CONCEITO

A equipe técnica que irá conduzir a prova de conceito será designada pelo contratante após a finalização da fase de lances do pregão.

A responsabilidade pela disponibilidade de equipamentos e demais recursos será de responsabilidade da licitante arrematante.

A licitante será responsável por apresentar a solução para POC e atender a qualquer requerimento técnico deste Termo de Referência.

Em conformidade com a Lei no 8.666/1993, art. 3º, caput e art. 43, inciso IV; Lei no 10.520/2002, art. 3º, inciso I e art. 4º, incisos XI e XVI; Acórdãos TCU no 1.182/2007, item 9.1 e no 1.168/2009, item 9.2.1, ambos do Plenário, a adjudicação do objeto licitado em favor do licitante detentor do menor preço ficará condicionada à aprovação da amostra de acordo com as instruções abaixo.

A licitante detentora do menor preço na fase de lances, após verificados os documentos de habilitação apresentados, deverá apresentar amostra da solução a ser examinada e avaliada por comissão de servidores da contratante.

Após a suspensão da sessão pública, a licitante será convocada pela contratante, em até 3 (três) dias úteis após o fim da sessão, em horário comercial, para realização da prova de conceito.

A amostra deverá ser entregue na sede da Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, e será analisada por uma comissão de avaliação que averiguará se o resultado entregue atende aos requisitos especificados. O horário de trabalho da equipe da contratante alocada para apoiar os procedimentos e avaliar as funcionalidades é das 08h às 18h, em dias úteis, havendo possibilidade de negociação de horário alternativo e/ou extensão de horários.

A não entrega/apresentação da amostra no prazo e condições estabelecidas no edital acarretará desclassificação da licitante e convocação da licitante subsequente.

A prova terá duração máxima de 4 (quatro) horas e a licitante poderá alocar até 2 (dois) profissionais para a realização da prova.

Caso a prefeitura dê causa a qualquer atraso ou interrupção no período de apresentação ou avaliação da amostra, os prazos poderão ser prorrogados; da mesma forma, casos de força maior poderão justificar a prorrogação de prazo. A prova de conceito poderá ser realizada de forma remota, a critério da Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo.

Eventuais erros na solução, detectados durante o período de avaliação, deverão ser corrigidas pela licitante em até 4 (quatro) horas, contadas a partir da comunicação do fato pela prefeitura.

Caso a solução ofertada não atenda as especificações da solução, a licitante será desclassificada e a próxima licitante de menor ofertado será convocada a se apresentar e executar o mesmo procedimento, até que sejam atingidos os objetivos do certame.

Para atendimento as exigências legais da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - Lei nº 13.709/2018 e o Decreto nº 10.609, que institui a Política Nacional de Modernização do Estado - Moderniza Brasil, subdividimos a prova de conceito em 3 (três) fases, e a licitante deverá comprovar que atende a pelo menos 90% dos requisitos totais estabelecidos abaixo, para cada fase há um valor % (percentual) de referência, que somados totalizam 100% (cem por cento).

FASE 1 – PROVA DE CONCEITO LGPD				
DESCRIÇÃO DO REQUERIMENTO DA POC	OBRIGATÓRIO	ATENDE	NÃO ATENDE	% REFERÊNCIAL
Realizar inventário das bases de dados pessoais em uma das áreas da organização, a ser destacada no momento da realização da POC, com no máximo 5 gestores de processos que tratam dados pessoais. A partir dos resultados do inventário realizado, demonstrar como funcionarão os processos de	SIM			10%



ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO

Proc. Licitatório – PMPA
Página: _____
Com. Perm. Licitação



atendimento e gestão das solicitações de titulares de dados pessoais				
--	--	--	--	--

FASE 2 – PROVA DE CONCEITO MODERNIZAÇÃO/COMPLIANCE				
DESCRIÇÃO DO REQUERIMENTO DA POC	OBRIGATÓRIO	ATENDE	NÃO ATENDE	% REFERÊNCIAL
Fornecer visão de dados históricos empresarial dos últimos 10 anos	SIM			5%
Fornecer visualização de dados do contribuinte Pessoa Jurídica	SIM			5%
Fornecer visualização da árvore empresarial gráfica Pessoa Jurídica	SIM			5%
Fornecer a criação de dossiês compliance Pessoa Física	SIM			5%
Fornecer a criação de dossiês compliance Pessoa Jurídica	SIM			5%
Fornecer situação cadastral do CPF	SIM			5%
Fornecer a visualização dos dados em dashboard	SIM			5%
Fornecer fonte de notícias de corrupção, fraude e crime Pessoa Jurídica	SIM			5%

FASE 3 – PROVA DE CONCEITO GESTÃO DE DADOS/COMPLIANCE				
DESCRIÇÃO DO REQUERIMENTO DA POC	OBRIGATÓRIO	ATENDE	NÃO ATENDE	% REFERÊNCIAL
Criação de dossiê compliance PF com informações resumidas, quadro de indicadores, dados cadastrais, relações comerciais, entidades relacionadas pessoa física e pessoa jurídica, informações financeiras, certidões negativas, informações jurídicas, ocorrências em diários oficiais, tribunais, mídia/internet, listas restritivas, notícias ligadas a corrupção, fraude, lavagem de dinheiro e crime, doação de campanha eleitoral, bens imóveis (se houver) e relação profissional em no máximo 1 (uma) hora	SIM			30%
Enriquecimento de lista com 10 CPFs.				10%
Enriquecimento de lista com 10 CNPJs.				10%

RESULTADO DA PROVA DE CONCEITO: () APROVADA () NÃO APROVADA		
FASE	% REFERÊNCIA	% ATINGIDO
1	10%	
2	40%	
3	50%	
TOTAL ATINGIDO PELA LICITANTE (%)		



ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO

Proc. Licitação – PMPA
Página: _____
Com. Perm. Licitação



ANEXO 11

CATÁLOGO DE SERVIÇOS

Os tipos de serviços elencados no item **8. DA QUANTIDADE** deste Termo de Referência serão desenvolvidos seguindo as especificações técnicas abaixo, bem como utilizando o catálogo de serviço, os quais serão definidos e relacionados na Ordem de Serviço, considerando a necessidade de cada demanda e suas especificidades.

O catálogo de serviços visa estabelecer e caracterizar os serviços contemplados a serem desenvolvidos, bem como a quantidade de horas de serviço técnico – HST que serão remuneradas à CONTRATADA pelo quantitativo de resultados recebidos e atestados por ordem de serviço.

A estrutura deste catálogo é separada em três partes, de acordo com o tipo de serviço a ser desenvolvido: Consultoria Técnica e Assessoria para Implantação de Processos de Compliance, Consultoria Técnica e Assessoria para Gestão da Informação e Consultoria Técnica e Assessoria para Inteligência de Dados.

As demandas apresentadas por ordem de serviço deverão ser quantificadas pela CONTRATADA de acordo com Plano de Trabalho apresentado referente ao dimensionamento de HST e aprovado pelo CONTRATANTE.

O catálogo de serviços poderá ser revisto a qualquer tempo a pedido da CONTRATADA ou do CONTRATANTE, para o saneamento de inconformidades observadas referentes a descrição de produtos e atividades ou inclusão de novos itens inerentes ao objeto da contratação, desde que em comum acordo entre CONTRATANTE e CONTRATADA.

ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA DOS SERVIÇOS

- **CONSULTORIA TÉCNICA E ASSESSORIA PARA IMPLANTAÇÃO DE PROCESSOS DE COMPLIANCE:** Consiste na prestação de serviços técnicos especializados para definição, planejamento, desenvolvimento, revisão, atualização, acompanhamento, controle e gerenciamento de projetos e processos de compliance, para garantir a conformidade das ações realizadas, de forma efetiva e eficaz, alinhadas à ética, às regras internas do órgão, às leis e às regulações vigentes nas esferas, federal, estadual e municipal.
- **CONSULTORIA TÉCNICA E ASSESSORIA PARA GESTÃO DA INFORMAÇÃO:** Consiste na prestação de serviços técnicos especializados para melhoria e gestão de projetos e processos relacionados a dados e informações, contemplando o entendimento e mapeamento da situação atual das rotinas de integração e processamento, armazenamento e classificação, identificação e compartilhamento de registros (dados e informações), sejam eles digitais ou físicos, desenvolvendo uma política de gestão da informação eficiente, eficaz e segura.
- **CONSULTORIA TÉCNICA E ASSESSORIA PARA INTELIGÊNCIA DE DADOS:** Consiste na prestação de serviços técnicos especializados para extrair, organizar e analisar grandes quantidades de dados, estruturados ou não, de bases internas ou externas, definindo trilhas de pesquisas e investigação utilizando inteligência analítica, modelagem estatística, mineração, definição de padrões, higienização, limpeza de base de dados e auditoria, garantindo a qualidade do dado e da informação gerada, apoiando a gestão na tomada de decisão em projetos estratégicos, bem como garantindo maior eficiência e eficácia nas análises dos dados.

CATÁLOGO DE SERVIÇOS

SERVIÇO	CONSULTORIA TÉCNICA E ASSESSORIA PARA IMPLANTAÇÃO DE PROCESSOS DE COMPLIANCE
---------	---



ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO

Proc. Licitatório – PMPA
Página: _____
Com. Perm. Licitação



ATIVIDADE	Análise e avaliação de riscos
DESCRIÇÃO	Analisar e avaliar riscos, de acordo com a demanda específica, da pasta ou projeto a ser implementado o trabalho, a fim de garantir a integridade do órgão. Nesta atividade serão mapeados processos, avaliados os procedimentos e resultados, os pontos de interação envolvendo entes e órgãos públicos, servidores, fornecedores ou cidadãos, segurança da informação e vulnerabilidade nos ativos.
ENTREGÁVEL	Anteprojeto, projeto básico ou projeto executivo; Termo de entrega; Diagnóstico e inventário; Mapa de fluxos operacionais e organizacionais; Relatório de análise de GAP; Relatório de análise e avaliação; Relatório de riscos e impactos; Relatório de recomendações; Plano de ação para possíveis correções ou adequações.
FORMATO	Arquivos físicos (CD, DVD, Pen Drive, etc) Arquivos digitais por e-mail (PDF, Word, Excel, JPEG, etc.); Arquivos impressos (Coloridos, preto e branco, encadernados, etc.).

SERVIÇO	CONSULTORIA TÉCNICA E ASSESSORIA PARA IMPLANTAÇÃO DE PROCESSOS DE COMPLIANCE
ATIVIDADE	Auditoria e correção de atividades de controle interno e externo
DESCRIÇÃO	Identificar e corrigir brechas de processos de controle, internos e externos, que não estejam aderentes às exigências legais e legislações vigentes, desenvolver mecanismos, realinhar rotinas e fluxos de trabalho, prevenir e detectar possíveis riscos a integridade do órgão, revisar e elaborar código de ética, conduta e bases legais, manuais de boas práticas, políticas de uso, normas e privacidade, e procedimentos internos e externos.
ENTREGÁVEL	Anteprojeto, projeto básico ou projeto executivo; Termo de entrega; Mapeamento de processos; Relatório de análise de GAP; Diagrama de processos da metodologia (BPM); Descrição de processos da metodologia; Minutas e guias operacionais; Templates e documentos complementares.
FORMATO	Arquivos físicos (CD, DVD, Pen Drive, etc) Arquivos digitais por e-mail (PDF, Word, Excel, JPEG, etc.); Arquivos impressos (Coloridos, preto e branco, encadernados, etc.).

SERVIÇO	CONSULTORIA TÉCNICA E ASSESSORIA PARA IMPLANTAÇÃO DE PROCESSOS DE COMPLIANCE
ATIVIDADE	Estruturação de canais e processos de governança
DESCRIÇÃO	Desenvolver e estruturar canais de interação, processos de conformidade às exigências legais e legislações vigentes, plano de comunicação e orientação sobre boas práticas de compliance e integridade, definir planos de gerenciamento de crises e respostas a incidentes, definindo processos e procedimentos de gerenciamento de demandas com órgãos de controle.
ENTREGÁVEL	Anteprojeto, projeto básico ou projeto executivo;



ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO

Proc. Licitatório – PMPA
Página: _____
Com. Perm. Licitação



	Termo de entrega; Minuta de plano de estruturação; Diagrama do fluxo de processos (BPM); Descrição de processos da metodologia; Minutas e guias operacionais; Templates; Documentos complementares.
FORMATO	Arquivos físicos (CD, DVD, Pen Drive, etc) Arquivos digitais por e-mail (PDF, Word, Excel, JPEG, etc.); Arquivos impressos (Coloridos, preto e branco, encadernados, etc.).

SERVIÇO	CONSULTORIA TÉCNICA E ASSESSORIA PARA IMPLANTAÇÃO DE PROCESSOS DE COMPLIANCE
ATIVIDADE	Implantação e gerenciamento de projetos e processos de compliance e integridade
DESCRIÇÃO	Realizar análise e levantamento, implantação e adequação, correção e orientação de processos e projetos para manter a integridade do órgão, atendendo às exigências legais e às legislações vigentes, no âmbito federal, estadual e municipal, alinhadas às boas práticas de compliance.
ENTREGÁVEL	Anteprojeto, projeto básico ou projeto executivo; Termo de entrega; Relatório e inventário de processos, ativos e dados; Análise de requisitos/histórias do usuário; Diagrama do fluxo de processos atuais e futuros (BPM); Mapa da situação atual e futura; Mapa da estrutura organizacional atual e futura; Relatório de descrição do processo atual e futuro; Relatório de operações e recomendações; Plano de ação LGPD para a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD); Plano de ação LGPD para o Tribunal de Contas do Estado; Plano de ação Compliance para criação do Programa de Conformidade e Integridade.
FORMATO	Arquivos físicos (CD, DVD, Pen Drive, etc) Arquivos digitais por e-mail (PDF, Word, Excel, JPEG, etc.); Arquivos impressos (Coloridos, preto e branco, encadernados, etc.).

SERVIÇO	CONSULTORIA TÉCNICA E ASSESSORIA PARA GESTÃO DA INFORMAÇÃO
ATIVIDADE	Integração e processamento de dados e informações
DESCRIÇÃO	Integrar novas bases de dados, estruturados ou não, e processá-los, transformando-os em informações eficientes e eficazes para tomada de decisões.
ENTREGÁVEL	Anteprojeto, projeto básico ou projeto executivo; Termo de entrega; Diagrama do fluxo de processos atuais e futuros (BPM); Mapa da situação atual e futura; Mapa da estrutura organizacional atual e futura; Relatório de descrição do processo atual e futuro; Relatório de operações e recomendações.
FORMATO	Arquivos físicos (CD, DVD, Pen Drive, etc)



ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO

Proc. Licitatório – PMPA
Página: _____
Com. Perm. Licitação



	Arquivos digitais por e-mail (PDF, Word, Excel, JPEG, etc.); Arquivos impressos (Coloridos, preto e branco, encadernados, etc.).
--	---

SERVIÇO	CONSULTORIA TÉCNICA E ASSESSORIA PARA GESTÃO DA INFORMAÇÃO
ATIVIDADE	Armazenamento e classificação de dados e informações
DESCRIÇÃO	Armazenar novas bases de dados, estruturados ou não, e classificá-los, mantendo a organização dos dados e informações armazenados.
ENTREGÁVEL	Anteprojeto, projeto básico ou projeto executivo; Termo de entrega; Diagrama do fluxo de processos atuais e futuros (BPM); Mapa da situação atual e futura; Mapa da estrutura organizacional atual e futura; Relatório de descrição do processo atual e futuro; Relatório de operações e recomendações.
FORMATO	Arquivos físicos (CD, DVD, Pen Drive, etc) Arquivos digitais por e-mail (PDF, Word, Excel, JPEG, etc.); Arquivos impressos (Coloridos, preto e branco, encadernados, etc.).

SERVIÇO	CONSULTORIA TÉCNICA E ASSESSORIA PARA GESTÃO DA INFORMAÇÃO
ATIVIDADE	Identificação e compartilhamento de dados e informações
DESCRIÇÃO	Identificar as bases de dados, estruturados ou não, e compartilhá-los, com áreas da organização, órgãos de controle e/ou solicitantes.
ENTREGÁVEL	Anteprojeto, projeto básico ou projeto executivo; Termo de entrega; Relatório de levantamento e compartilhamento; Relatório de comunicados, registros, denúncias e respostas a incidentes; Relatório de impactos e riscos sobre incidentes; Relatório de operações e recomendações.
FORMATO	Arquivos físicos (CD, DVD, Pen Drive, etc) Arquivos digitais por e-mail (PDF, Word, Excel, JPEG, etc.); Arquivos impressos (Coloridos, preto e branco, encadernados, etc.).

SERVIÇO	CONSULTORIA TÉCNICA E ASSESSORIA PARA GESTÃO DA INFORMAÇÃO
ATIVIDADE	Implantação e gerenciamento de projetos e processos de gestão da informação
DESCRIÇÃO	Realizar análise e levantamento, implantação e adequação, correção e orientação de processos e projetos para gestão da informação.
ENTREGÁVEL	Anteprojeto, projeto básico ou projeto executivo; Termo de entrega; Relatório e inventário de processos, ativos e dados; Análise de requisitos/histórias do usuário; Diagrama do fluxo de processos atuais e futuros (BPM); Mapa da situação atual e futura; Mapa da estrutura organizacional atual e futura; Relatório de descrição do processo atual e futuro; Relatório de operações e recomendações. Estruturação dos processos para função do Encarregado de Dados Pessoais (DPO);



ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO

Proc. Licitatório – PMPA
Página: _____
Com. Perm. Licitação



	Elaboração de documentos, templates e rotinas de apoio a função do DPO; Treinamento para função DPO e conscientização sobre gestão informação; Diagrama do fluxo de processos e rotinas da função do DPO (BPM); DPO às servisse (DPO como serviço); Gerir registros, denúncias e respostas a incidentes junto à órgãos de controle.
FORMATO	Arquivos físicos (CD, DVD, Pen Drive, etc) Arquivos digitais por e-mail (PDF, Word, Excel, JPEG, etc.); Arquivos impressos (Coloridos, preto e branco, encadernados, etc.).

SERVIÇO	CONSULTORIA TÉCNICA E ASSESSORIA PARA INTELIGÊNCIA DE DADOS
ATIVIDADE	Pesquisa, investigação e modelagem estatística
DESCRIÇÃO	Pesquisar nas bases de dados internas e externa, pessoa física e jurídica, para criar trilhas de investigações, a fim de descobrir relações operacionais, organizacionais e comportamentais, entre pessoas físicas e jurídicas, dados e informações socioeconômicos ocultos, que apoiem a gestão na tomada de decisão e melhoria dos processos de controle.
ENTREGÁVEL	Anteprojeto, projeto básico ou projeto executivo; Termo de entrega; Relatório de levantamento e pesquisa; Relatório de trilhas de investigações executadas; Relatório de descobertas; Relatório com informações analíticas; Relatório de impactos e riscos sobre incidentes; Relatório de operações e recomendações; Template e documentação desenvolvida.
FORMATO	Arquivos físicos (CD, DVD, Pen Drive, etc) Arquivos digitais por e-mail (PDF, Word, Excel, JPEG, etc.); Arquivos impressos (Coloridos, preto e branco, encadernados, etc.).

SERVIÇO	CONSULTORIA TÉCNICA E ASSESSORIA PARA INTELIGÊNCIA DE DADOS
ATIVIDADE	Mineração, higienização e limpeza
DESCRIÇÃO	Minerar e tratar, um grande volume de dados, nas bases de pessoa física e jurídica, atualizando, higienizando e limpando cadastros deficitários, duplicados, trazendo mais eficiência, eficácia, clareza, assertividade e qualidade para as bases de dados do órgão.
ENTREGÁVEL	Anteprojeto, projeto básico ou projeto executivo; Termo de entrega; Relatório de mineração e tratamento; Relatório de atualização, higienização e limpeza; Relatório da situação cadastral atual e futura; Relatório com informações analíticas; Relatório de impactos e riscos sobre incidentes; Relatório de operações e recomendações; Template e documentação desenvolvida.
FORMATO	Arquivos físicos (CD, DVD, Pen Drive, etc) Arquivos digitais por e-mail (PDF, Word, Excel, JPEG, etc.); Arquivos impressos (Coloridos, preto e branco, encadernados, etc.).



ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO

Proc. Licitatório – PMPA
Página: _____
Com. Perm. Licitação



SERVIÇO	CONSULTORIA TÉCNICA E ASSESSORIA PARA INTELIGÊNCIA DE DADOS
ATIVIDADE	Auditoria
DESCRIÇÃO	Realizar auditoria em bases cadastrais, internas e externas, de pessoa física e jurídica, utilizando boas práticas de compliance e inteligência analítica para apoiar a gestão no cumprimento de execuções e processos de controle, trazendo maior eficiência operacional, organizacional, fiscal e financeira.
ENTREGÁVEL	Dossiê compliance com informações detalhadas sobre pessoa física; Dossiê compliance com informações detalhadas sobre pessoa jurídica; Relatório de incidentes e recomendações; Relatório de bens, informações e ativos localizados; Relatório de informações atualizadas; Relatório de riscos e incidentes; Relatório sobre grupos econômicos; Relatório analítico sobre informações levantadas no processo auditado; Template e documentação desenvolvida.
FORMATO	Arquivos físicos (CD, DVD, Pen Drive, etc) Arquivos digitais por e-mail (PDF, Word, Excel, JPEG, etc.); Arquivos impressos (Coloridos, preto e branco, encadernados, etc.).

SERVIÇO	CONSULTORIA TÉCNICA E ASSESSORIA PARA INTELIGÊNCIA DE DADOS
ATIVIDADE	Implantação e gerenciamento de projetos e processos de inteligência de dados
DESCRIÇÃO	Realizar análise e levantamento, implantação e adequação, correção e orientação de processos e projetos. Criar produtos estratégicos, com uso de inteligência de dados e informações, para o desenvolvimento de soluções de inovação e eficiência operacional, organizacional, fiscal e financeira.
ENTREGÁVEL	Anteprojeto, projeto básico ou projeto executivo; Termo de entrega; Relatório e inventário de processos, ativos e dados; Análise de requisitos/histórias do usuário; Diagrama do fluxo de processos atuais e futuros (BPM); Mapa da situação atual e futura; Mapa da estrutura organizacional atual e futura; Relatório de descrição do processo atual e futuro; Relatório de operações e recomendações; Estruturação de processos de controle com uso de inteligência de dados.
FORMATO	Arquivos físicos (CD, DVD, Pen Drive, etc) Arquivos digitais por e-mail (PDF, Word, Excel, JPEG, etc.); Arquivos impressos (Coloridos, preto e branco, encadernados, etc.).